



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ATA N.º 47

Sessão ordinária de dezembro

2.ª reunião em 28-12-2011

Aos vinte oito dias do mês de dezembro de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pela Segundo Secretário Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, na qualidade de Primeiro Secretário, e a Vogal Susana Cristina Chaves Batista Esteves, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Marco António Costa Gonçalves, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Sesnando Alves dos Reis, David Paiva Martins, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Paulo Alexandre Florentino Marques, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, Nelson Ricardo Esteves Peralta, e António Manuel Santos Salavessa.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos Vogais:⁰⁰¹

Fernando Tavares Marques, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu e Raúl Ventura Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel Silva Santos, Maria da Luz Nolasco Cardoso (chegou às 21.15 horas), Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, José da Cruz Costa e João Francisco Carvalho de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião do Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e dos vogais Elisabete Krithinas de Freitas, Maria Inês de Sousa Botelho Azevedo Mineiro, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Marco António Costa Gonçalves, Paulo Alexandre Florentino Marques, João Condinho Vargas, Nelson Ricardo esteves Peralta e António Manuel Santos Salavessa.⁰⁰³

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, se fez substituir nesta reunião, por Firmino Marques Ferreira.

Os sucedâneos na lista de candidatura, Anabela de Almeida Saraiva, Rui Alexandre Guerra Miranda Macedo, Pedro Miguel Melo Castro Silva Pinheiro, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, e Joana Cristina Rodrigues dos Santos Dias, apresentaram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Ponto 2.– Proposta de Recomendação – inclusão do nome de José Neves Amado na toponímia da Cidade de Aveiro.

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Mesa da Assembleia⁰⁰⁴ deu a palavra ao Líder do Grupo Municipal do Partido Comunista Português, para fazer a apresentação da [recomendação](#).

Vogal António Salavessa (PCP):⁰⁰⁵

“Senhor Presidente, Senhores Deputados, devem ter presente a proposta de recomendação à Câmara, que foi apresentada os seus considerandos e a sua substância. E a substância é que a Câmara Municipal de Aveiro desenvolva os procedimentos necessários para que a breve prazo o nome do Sargento-ajudante José Neves Amado seja incluído na toponímia da Cidade de Aveiro. Portanto é esta a Recomendação. E se a Assembleia me permite eu para introduzir este ponto vou ler uma intervenção escrita pelo titular do mandato na Assembleia António Regala, que ele redigiu como mensagem a esta Assembleia.

José Neves Amado nasceu em Aveiro em 16 de janeiro de 1911. Como aveirense era um cidadão deste país, Portugal, que viveu um tempo de trevas de 48 anos em que qualquer assunção de posições que colidissem com as definidas pelo regime, era crime e alvo das mais tenebrosas sevícias.

Ainda não tinha aquele regime uma dúzia de anos quando um punhado de marinheiros, tripulantes dos navios Dão, Bartolomeu Dias e Afonso de Albuquerque, fundeados no Tejo, se revoltaram contra a ditadura, exigindo a libertação de camaradas seus do Afonso de Albuquerque.

Tudo teve origem na viagem que este navio fizera a território espanhol com a função de recolher os portugueses que quisessem regressar ao país, devido à Guerra Civil Espanhola. Quando o navio visitava uma cidade fiel ao governo republicano espanhol, eleito democraticamente, a tripulação era impedida de ir a terra; mas quando visitava uma cidade sob domínio das forças do fascista Franco, era permitido sair do barco. Só que os marinheiros, vendo esta dualidade de critérios, denunciaram-na como posição do Estado português de apoio a Franco e recusaram-se a ir a terra quando tal lhe era permitido. O comandante do navio fez queixa dos seus marinheiros e, quando o Afonso de Albuquerque regressou a Portugal, a PIDE esperava-os no cais. Os castigos não se fizeram esperar: 17 foram imediatamente expulsos da Armada e alguns foram presos.

No dia 8 de setembro de 1936, os marinheiros daqueles três navios, pretendiam assumir o seu comando e sair da barra, fora do alcance das peças de artilharia e, apontando o seu armamento à Assembleia Nacional, e assim exigir a libertação dos seus camaradas presos e a readmissão dos expulsos.

Mas, devido a traição que fingiram estar com os revoltosos, o plano foi descoberto e aniquilado pelas forças afetas ao regime, nomeadamente com ajuda da aviação.

Daqui resultaram, de entre os 200 revoltosos, 5 marinheiros mortos, 92 presos e que levados a julgamento em Tribunal Militar, sendo 82 condenados. Destes, 34 foram inaugurar o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde. Um deles era José Neves Amado.

José Neves Amado esteve no Campo da Morte Lenta, como era conhecido o Tarrafal, de 18 de outubro de 1936 até 13 de maio de 1951, data em que foi transferido para a enfermaria da Cadeia Penitenciária de Lisboa. Nesta altura já cinco dos seus camaradas tinham morrido vítimas dos maus tratos e do clima fortemente agreste da Ilha de Santiago. Cinco de um total de 37 presos políticos portugueses que ali perderam a vida.

Após o seu martírio José Neves Amado passou a viver definitivamente em Aveiro e aqui constituiu família. Trabalhou no escritório da antiga Oficina Gamelas, na freguesia da Glória.

Recordar este Homem é enaltecer a simplicidade, a humildade, a honradez e o respeito. Pessoa de fino trato, antifascista convicto, defensor do progresso e do desenvolvimento, viveu apanhado por um regime que limitava e reduzia o seu semelhante e que o manietava, impedindo-o de ações mais ativas, por estar permanentemente sob vigilância, devido ao seu heroico passado.

Mas José Neves Amado deixou escola. Deixou aqueles ensinamentos em todos que com ele privavam e, sobretudo, nos seus descendentes diretos, a sua filha e o seu filho.

Ainda me lembro de falar com ele nas ruas de Aveiro um sem número de vezes e estar sempre perante uma pessoa com o seu fato com gravata, não por qualquer pedantismo, mas antes por sinal de respeito para com todos com quem tinha de privar e para com a própria sociedade em geral. E era assim no circuito aberto, pois no recato do seu bairro, dizia-me o filho um destes dias, ia de robe comprar o jornal, antes de se preparar para sair. É um pequeno apontamento que caracteriza este homem, de fino trato, simples, humilde, honrado e respeitador.

José Neves Amado foi militante comunista e, por força do seu passado, foi reintegrado na Armada depois do 25 de Abril, no posto de Sargento-ajudante. Em 19 de maio de 1999 foi agraciado com o grau de Comendador da Ordem da Liberdade.

José Neves Amado é um Homem que honra Aveiro e a quem Aveiro tem obrigação de reconhecer. É da estirpe de outros grandes lutadores da Democracia e da Liberdade como Mário Sacramento, João Sarabando, Álvaro Seiça Neves. E Aveiro pode orgulhar-se de, na sua história ter figurantes desta categoria.

Por isso Aveiro, ao aprovar a proposta de recomendação à Câmara Municipal. Apresentada pelo PCP, no sentido de que o nome de José Neves Amado venha a figurar na toponímia da cidade, prestará a justa homenagem ao único aveirense submetido à violência do campo de concentração do Tarrafal e que a ele conseguiu sobreviver,

Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰⁰⁷

“Creio ser oportuno, na discussão sobre esta Recomendação do grupo municipal do Partido Comunista Português, e porque nunca é demais lembrá-lo, falar de ditaduras e ditadores, ainda para mais quando na última sessão desta assembleia se falou da morte do querido líder da Coreia do Norte, kim jung il.

Foi nessa Assembleia que referi o PSD (Partido Social Democrata), como um partido que tem nas suas fileiras vários homens que fizeram parte dessa ditadura. Foi-me respondido pela bancada, neste caso pelo líder da mesma, que isso era sinal da pluralidade do partido.

José Neves Amado combateu com determinação e coragem a ditadura portuguesa de Salazar, e por isso esteve preso naquilo que foi um campo de concentração criado e mantido por esse regime ditatorial.

Um campo de prisioneiros políticos, ou seja, uma prisão do pensamento. Todas as ditaduras são condenáveis — para o PSD, mesmo quem passa décadas a reprimir o pensamento através da morte, da tortura, e da prisão, pode fazer parte da sua pluralidade. Era isso que hoje queria deixar bem vincado.”

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Marco António Costa Gonçalves)

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰⁰⁸

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁰⁹

“Boa noite a todos. Estamos aqui a falar acima de tudo de um inconformado com a situação política da altura. Alguém que não teve qualquer problema em pagar com o próprio corpo, digamos assim, os custos desse assumir desse facto, pelo facto de estar inconformado e, portanto, alguém que com o seu percurso de vida que nos aqui é apresentado, alguém que se predispõe a lutar com a própria vida contra determinados princípios, que ponham em causa mais não seja a sua própria liberdade, mais não seja a sua fundamentação em termos de visão daquilo que deveria ser a vida no sentido pessoal. Alguém que demonstra este tipo de convicções obviamente merece o reconhecimento público.

Dou os meus parabéns ao Partido Comunista por esta iniciativa e assim como darei parabéns a qualquer partido, mesmo ao Bloco de Esquerda, se algum dia se for capaz vem com uma proposta deste género, mesmo ao BE. Quem sabe se calhar algum dia trazem aqui uma proposta em relação ao presidente do vosso partido, pelo menos poderemos estudar o percurso do presidente do vosso partido e acaso se acharmos por bem recomendar à Câmara uma placa a uma das nossas ruas desta cidade; pois cá estaremos! Certamente essa pessoa terá que viver duas ou três vidas para ter um exemplo que aqui nos hoje é apresentado.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰¹⁰

“Muito obrigado Senhor Presidente. O relato histórico que o nosso colega António Salavessa fez, e que sustenta a proposta, é motivo bastante para subscrevermos por inteiro uma proposta que honra aquilo que é tradição de Aveiro, a tradição do século XX e de todos aqueles que foram para muitas gerações anos em que era necessária muita resistência e muita convicção para conseguir tolerar e aceitar tudo aquilo que foi acontecendo. E, portanto, obviamente, que nos resta subscrever por inteiro e dar obviamente os parabéns ao Partido Comunista por trazer cá esta proposta que iremos com aplauso aprovar. Muito obrigado.”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰¹¹

“Nós louvamos a proposta do Partido Comunista porque Aveiro é a “Terra da Liberdade”. E as pessoas que lutaram pela liberdade merecem estar nesta terra e ser lembrados nesta terra. Aqui para nós é completamente irrelevante que a pessoa tenha sido do Partido Comunista ou não, isso não interessa, isso não é o fundamental. O fundamental é que as pessoas dignificaram, foram honestas, e lutaram pelas causas em que acreditavam e sempre de uma forma honesta. E isso para nós são os valores. É o dignificar uma causa e isso é importante. E por isso eu acho que esta Assembleia, neste momento, deve esquecer aquelas quezílias que são muitas vezes aquilo que nada faz e que é fútil e dignificar a pessoa. E a dignificação da pessoa é haver de nós todos aquela sinceridade para o ato de votar e acreditar que este homem foi um homem capaz, um homem valente e um homem que esteve à frente no seu tempo e que soube lutar pela liberdade.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰¹²

“Muito obrigado Senhor Presidente. O Partido Social-democrata, tal como já foi dito pelo meu colega João Carlos Valente aprova esta proposta.

Saúda esta proposta no sentido de que realmente é uma excecionalidade aquilo que se está a propor e por isso é um Comendador da Ordem da liberdade, um Aveirense, e por isso não é uma pessoa qualquer. E porque outros casos de sugestões de toponímia devem ser tratados noutros órgãos, devem ser tratados pela Câmara Municipal, na comissão de toponímia, devem ser propostos pelas Juntas de Freguesia, mas achamos que este caso tem a dignidade, tem a excecionalidade para ser trazido à Assembleia Municipal e poder ter esta breve discussão que está a ter e ter o voto de todos aqueles que se queiram associar a esta recomendação feita pelo Partido Comunista e agora subscrita pelos membros desta Assembleia. E por isso é que nós votamos esta proposta favoravelmente e realçamos o facto de realmente o Partido Comunista em Aveiro ser diferente daquilo que é a postura do Partido Comunista a nível nacional, quando decidiu não aprovar o voto de pesar pelo falecimento de também um democrata que foi Václav Havel. E nessa altura o Partido Comunista Nacional não teve esta mesma postura que o Partido Comunista a nível local está a ter, de saudar todos os democratas!? É isso que eu gostava de dizer. Muito obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS)⁰¹³

“Senhor Presidente, era um ponto de ordem, uma coisa telegráfica, porque eu não queria usar o meu tempo para falar de outra coisa. Queria falar de outra coisa a propósito disto, mas não queria usar o tempo normal, porque era dedicado a José Neves Amado e telegraficamente é isto.

Há praticamente três anos, foi deliberado pela Câmara e pela Assembleia, imortalizar também na toponímia da cidade o nome de Carlos Candal. E até ver isso ainda não aconteceu! E a pergunta é dirigida ao Senhor Presidente de Câmara, se pudesse enfim fazer o ponto de situação disso, sobre pena de nós aqui na Assembleia saudarmos e imortalizarmos nomes também na toponímia e ficarmos muitos anos à espera de facto das placas.”

Presidente da Mesa⁰¹⁴

Vogal António Salavessa (PCP)⁰¹⁵

“Senhor Presidente, Senhores Deputados independentemente do futuro que esta proposta venha a merecer ou do futuro que esta proposta venha a ter por parte da Câmara Municipal e da comissão de toponímia, dado que essa não é uma competência específica da Assembleia Municipal, independentemente disso, eu acho que a afirmação que proferi nas páginas do Diário do Aveiro em 08 de maio de 2004, de que ainda faltava uma homenagem de Aveiro a José Neves Amado, penso que está finalmente resolvida tanto quanto foi possível entender o sentido daquilo que vai ser a votação desta proposta.

De facto permitam-me só para concluir o perfil, os comentários como o perfil de José Neves Amado dizer o seguinte, eu conheci também tal como o António Regala, conheci, tratei com José Neves Amado e se há pessoa que podia a seguir ao 25 de Abril, ter-se posto em bicos dos pés e apregoar por todo o lado a sua qualidade de ex. Preso do Tarrafal, essa pessoa não era de todo José Neves Amado, que era uma pessoa de tal modo simples e de tal modo modesta, que nunca mas nunca diz puxar daquilo que nós consideramos que é um galardão da resistência, mas nunca quis utilizar esse galardão, no sentido de se promover, de se projetar. Portanto era uma pessoa por definição modesta e que não queria para si louros de algo que de facto merece. Daí que ele tenha passado os anos que passou em Aveiro, sem que essa homenagem acontecesse. Mesmo quando recebeu a Ordem da liberdade e que ela foi entregue no Palácio de Belém, houve um silêncio quase completo em Aveiro relativamente a esse momento, daí que provavelmente muitos estarão a ouvir falar pela primeira vez de José Neves Amado. E queria só sublinhar

aquilo que comecei por dizer, penso que com esta decisão que vai ser tomada por este Órgão Municipal, esta homenagem que faltava fica para já resolvida. Muito obrigado.”

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰¹⁶ o Ponto 2.– Proposta de Recomendação – inclusão do nome de José Neves Amado na toponímia da Cidade de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por unanimidade e aclamação (proposta pelo Presidente da Mesa).

Ponto 3. – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2012 da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Aveiro⁰¹⁷.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião extraordinária de 12/12/2011, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) – Nos termos do artigo 30.º do Regimento:⁰¹⁸

“Quería fazer uma interpelação à Mesa, se faz favor. Obrigado. Nós temos vindo desde há dois anos a esta parte, repetidamente, a falar sobre a necessidade de rever o Plano de Saneamento Financeiro e a chamar a atenção para o facto de sucessivamente haver um atraso na entrega e na discussão dos relatórios de execução do Plano.

Está, na ordem de trabalhos desta Assembleia o relatório do Plano de Saneamento Financeiro que, até à data, não nos foi entregue.

O Plano de Saneamento Financeiro é dito por nós, mas neste momento ou há algum tempo a esta parte, dito por outros e por outras instituições, um instrumento fundamental para a gestão financeira do Município. Diria mesmo fatal face àquilo que são as informações que temos sobre a sua execução e, nomeadamente, por aquilo que tem vindo a ser assumido pela Câmara Municipal de Aveiro e a necessidade de o rever.

Nós estávamos expectantes relativamente a este assunto porque estávamos convencidos que chegávamos a este momento, vamos iniciar agora, e por essa razão faço, neste momento esta interpelação. A discussão do Plano e Orçamento (e mais uma vez), nós não temos na nossa posse o relatório de execução. Não veio até esta Assembleia, até ao dia de hoje, e não estando nesta ordem de trabalhos já não o podemos discutir a proposta de revisão do Plano de Saneamento Financeiro. Obviamente isso é uma condicionante para toda a discussão que vamos ter a seguir.

Nós não sabemos se em janeiro ou fevereiro vamos estar a discutir uma proposta que compromete e coloca em causa tudo aquilo que vamos discutir já a seguir. Não somos só nós que o dizemos, há outras pessoas a dizerem-no e há outras instituições a dizerem.

Portanto a nossa questão é muito simples: já que nos últimos dois anos sempre que perguntámos à Câmara Municipal, esta nos respondeu de uma forma e age de outra, como aliás é seu apanágio em praticamente tudo, queria através de V. Exa. indagassem a Câmara Municipal de Aveiro sobre as razões pelas quais não entregou até esta data o Relatório de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro e se acha razoável entrarmos na discussão do Plano e Orçamento de dois mil e doze, sem que esteja apresentada uma proposta de revisão do Plano de Saneamento Financeiro. E queria que esta intervenção ficasse em ata. Muito obrigado.”

De seguida o Presidente da Mesa⁰¹⁹ remeteu a palavra ao executivo municipal para a apresentação dos documentos em epígrafe e das explicações pertinentes.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [020](#)

“Este é o sexto orçamento que sob a nossa total responsabilidade a coligação apresenta para análise e votação do órgão deliberativo. Neste caso está em causa uma proposta de “caminho” que o executivo propõe ao deliberativo, para que seja prosseguido durante todo o ano de dois mil e doze. Permitam-me três ou quatro reflexões meramente enquadradoras deste documento.

A primeira tem a ver com a legalidade do documento ou dos documentos. As GOP’s e o Orçamento que têm nas vossas mãos respeitam rigorosa e fielmente as seguintes leis: a Lei 2/2007 de quinze de janeiro; a Lei das Finanças Locais; a Lei 91/2001 de vinte de agosto; a Lei 22/2011 de vinte de maio; a Lei 162/99 de 14 de setembro; o Decreto-Lei 54-A/99 de vinte e dois de fevereiro; o Decreto-Lei 315/2000 de dois de dezembro; o Decreto-Lei 84-A/2002 de cinco de abril; a Lei 60-A/2005 de trinta de dezembro; a Constituição da República Portuguesa no seu artigo 106.º; o Orçamento de Estado para dois mil e doze (e já aprovado pela Assembleia da República); e as inúmeras regras que limitam o endividamento municipal que para não ser maçador, não irei descrever.

É no estrito cumprimento e na conjugação da panóplia de todas estas leis (e só foram referidas algumas), que nasceram estas GOP’s e este Orçamento. Na absoluta certeza legal de que se estes documentos não se vincularem e não respeitarem, nomeadamente, todas as situações passivas de créditos, ocorrerá ilegalidade por não darem execução financeira a obrigações da Administração Pública.

Ignorando estas leis e não cabimentando as dívidas e os compromissos de exercícios anteriores, os orçamentos anuais, como é o caso, estaríamos numa primeira instância a violar a lei e numa segunda, a contribuir para um aumento sucessivo dos excessos de endividamento verificados. A Autarquia não pode por isso suspender ou cancelar dotações orçamentais que correspondam a obrigações legais ou contratuais por si assumidas. Este é o enquadramento legal.

E perante a lei, a única coisa que nós temos que fazer é cumpri-la. E estamos convictos que nestes casos estamos a fazê-lo em plenitude e em consciência.

A segunda nota prende-se com o valor — assunto recorrente das GOP’s e do Orçamento. Como decorre daquilo que foi referido, ao sermos obrigados a incluir as dívidas exigíveis e todos os compromissos assumidos que estejam devidamente validados, com a situação que o município tem em termos financeiros (que é conhecida de todos), naturalmente que vamos ter um Orçamento “empolado”.

Concordamos com isto? Claro que não. Não concordamos não só pelo irrealismo do valor total, como pelo facto de distorcer aquela que é a realidade e a verdade do Município.

Mas somos obrigados a decidir. Temos que tomar uma decisão e a escolha parece clara, óbvia, e inquestionável. Optámos, penso como qualquer um dos que aqui está faria, por aquilo que é legal.

Por isso este Orçamento é o Orçamento que a lei nos obriga a apresentar. E tenho a convicção e a certeza de que na Assembleia Municipal de abril de dois mil e treze, em que iremos avaliar a concretização, ou não, deste Orçamento que aqui está, nomeadamente na avaliação do grau de execução do mesmo, iremos ter em devida consideração este facto acabado de explanar.

Mas esta situação, este valor das GOP’s já foi pior. Já foi, como é do conhecimento de todos, porque passaram por aqui os documentos, muitíssimo pior. Recordo aquele que foi o primeiro documento que sob a nossa total responsabilidade aqui foi apresentado, era Orçamento para dois mil e sete, nessa altura esse Orçamento e essas GOP’s aproximaram-se dos incríveis duzentos milhões de euros.

Mais rigorosamente, na altura, em dois mil e sete, o que aqui propusemos foi um Orçamento com cento e noventa e um milhões de euros. Em dois mil e oito já baixou para

cento e oitenta, em dois mil e nove baixou para cento e setenta e dois, em dois mil e dez baixou para cento e trinta, em dois mil e onze baixou para cento e vinte e sete, e a proposta que temos hoje aqui para analisar já baixa para cento e doze milhões de euros. O que é que isto significa? Que de dois mil e sete até dois mil e doze já conseguimos reduzir cerca de oitenta milhões de compromissos e de dívidas. O que evidencia que estamos no bom caminho. É uma redução que dá em média um milhão de euros por mês.

Tal como afirmámos aqui há dois anos e que confirmámos aqui também na Assembleia o ano passado, e que reafirmamos hoje, continuamos a acreditar que poderemos chegar às GOP's e ao Orçamento para dois mil e catorze apenas com dois dígitos. O que concederá, naturalmente, com estes documentos mais verdade, mais rigor e que facilitará também em muito a gestão municipal.

A terceira nota tem a ver com a delicada, a difícil, realidade com que as autarquias se confrontam. Como sabem há cortes significativos que o Governo resolveu fazer nas transferências para as autarquias — como se fossem as autarquias as responsáveis pela situação difícil que o país vive!?

Queria só lembrar que as autarquias, no todo nacional, são responsáveis, em termos de dívida, por zero vírgula seis por cento da dívida que o país tem.

Depois há também quebras impressionantes (e grandes) nas receitas do Município, nomeadamente em termos de IMT e nas Taxas, especialmente naquelas que se referem às obras particulares, especialmente (e isto é sabido por todos), dos licenciamentos de obras particulares e dos loteamentos. São quebras de milhões, largos milhões, que não só dificultam, com é compreensível, a gestão diária da autarquia, como nos devem fazer refletir porque vamos ter que operar grandes adaptações e mudanças radicais de paradigma na gestão das autarquias locais.

Por último relevar muito sumariamente alguns aspetos que nos parecem relevantes que decorrem do documento ou que deferem da sua análise.

Primeiro a fidelidade que procurámos manter com os compromissos que em dois mil e nove assumimos com os aveirenses.

A segunda, a credibilização do Município, que é a pedra de toque do nosso mandato. Tentar que o Município retome e venha a ser novamente considerado como uma pessoa de bem, cumpridor.

A terceira nota o respeito pelos nossos cidadãos. Como tem sido prática na nossa gestão, as enormes dificuldades financeiras com que nos confrontamos não devem ser imputadas aos cidadãos. Nestas GOP's e neste Orçamento quem tem de continuar a fazer sacrifício somos nós, os políticos, e não são os cidadãos. Por isso neste Orçamento não há aumentos de IMI nem de Taxas.

A quarta nota é a consideração que temos pelo trabalho concretizado pelas diferentes juntas de freguesia. Enquanto realizamos cortes, alguns com valor significativo, em quase todas as áreas, nas juntas de freguesia mantivemos ou aumentámos mesmo nalguns casos apoio à sua atividade, o que afirma o respeito e a consideração que as freguesias nos merecem.

A quinta nota, a prioridade que é concedida, nestes documentos, à otimização dos fundos comunitários e dos projetos participados. Conforme já aqui dito por diversas vezes procurando realizar mais obras com gastos mínimos para todos nós. E aqui, a Educação, o Parque da Sustentabilidade, o Polis Litoral Ria de Aveiro, bem como outros projetos financiados que estão aí incluídos, conquistam um lugar de claro de total destaque.

Nota final para a preocupação em conseguir mais investimento e procurar gerar mais emprego com o objetivo de criar mais riqueza económica e social.

E na linha do que aconteceu pela primeira vez no ano passado, há mais dinheiro para investimento (sessenta e dois milhões de euros), e para Despesas Correntes quarenta e

nove milhões de euros. Atingindo assim em dois mil e doze um diferencial positivo de cerca de treze milhões de euros que queremos aqui relevar e destacar.

Em termos de síntese final e no essencial, na nossa perspetiva estes documentos mantêm a necessária transparência e coerência em relação ao esforço desenvolvido nos últimos anos de respeitarmos os compromissos assumidos com os cidadãos e de continuarmos a percorrer um caminho no sentido do reequilíbrio das contas do Município.

Última nota de inteira justiça, face à complexidade e exigência da elaboração de documentos desta natureza, é de agradecimento ao Dr. Pedro Ferreira que coordenou todo este intenso e exigente trabalho, aos Srs. Vereadores, mais especialmente ao Sr. Vice-Presidente e à Sra. Vereadora Dra. Maria da Luz, e a todos os restantes cinco vereadores. A toda a vasta equipa que foi destacada para coordenar e acompanhar este processo. Aos serviços e a todos os técnicos e funcionários, aos Srs. Presidentes da Junta, cujo contributo foi uma vez mais excelente e valioso. E a todos quanto colaboraram e trabalharam para a concretização destes documentos deixo aqui ficar em nome do Município o nosso muito obrigado.”

Vereador Pedro Ferreira:[021](#)

“Caros Deputados. Muito boa noite a todos. Peço desculpa de estar a falar daqui mas é para podermos transmitir algumas ideias que são importantes em relação àquilo que são os pressupostos para o Orçamento de dois mil e doze.

Como o Sr. Presidente referiu, o pressuposto principal tem a ver com o cumprimento das normas legais a que estamos obrigados, nomeadamente à Constituição Portuguesa, à Lei de Enquadramento Orçamental, à Lei das Finanças Locais, ao Pocal e, como é óbvio ao Orçamento de Estado para dois mil e doze, que ainda não é lei mas que está para promulgação do Sr. Presidente da República.

O segundo pressuposto teve o cumprimento das medidas estabelecidas pelo Plano de Saneamento Financeiro. O terceiro pressuposto foi a redução das despesas correntes e, por último, em termos de Grandes Opções do Plano a opção pelas obras com maior grau de participação, como aliás já foi anunciado e que será a regeneração urbana e as obras das cartas educativas.

Passando as leis à frente, que não terão relevância por já estarem plasmadas, importa referir que o Plano e Orçamento do Município para dois mil e doze cumpre o Plano de Saneamento aprovado por esta Assembleia Municipal.

De facto, realçar algumas daquelas que são as medidas que traduzem o Plano de Saneamento Financeiro, ao nível daquelas que são as referidas no Plano e aprovadas por V. Exas. As despesas orçamentadas relacionadas com estas medidas para dois mil e doze são inferiores a trinta e três por cento daquilo que estava previsto no próprio Plano. Ou seja, na realidade estamos bem aquém daquilo que estava previsto no Plano. Em relação às receitas orçamentadas elas são superiores em centro e trinta por cento. Como é óbvio isto deve-se à diferença, essencialmente, das receitas na medida alienação de património não essencial, com uma nota específica e que será visível... (interrupção, por razões de ordem técnica, da projeção da apresentação do Sr. Vereador). (retoma da apresentação, desde o ponto inicial).

Meus caros, se não se importarem eu então falo daqui. Assim estou mais ao nível de V. Exas.

Como eu estava a referir, em termo de pressupostos estamos a falar do cumprimento legal, no cumprimento das medidas estabelecidas no Plano de Saneamento Financeiro, da redução das despesas correntes e, também, a opção pelas obras com maior grau de participação. Julgo que serão medidas perfeitamente atendíveis à situação que nós iremos viver em dois mil e doze em termos de restrições orçamentais.

Quanto às medidas do Plano de Saneamento Financeiro, aquilo que eu vos estava a transmitir há pouco é que, em relação às medidas previstas, as despesas orçamentadas para dois mil e doze são inferiores em trinta e três por cento, treze milhões e meio a menos do que estava previsto no Plano de Saneamento Financeiro.

Quanto às receitas orçamentadas para dois mil e doze elas são superiores e devem-se, nomeadamente, à alienação de património não essencial, onde se incluem alguns projetos, e por aí se vê porque é que são superiores, como, por exemplo, o pagamento através de terrenos de alguns protocolos estabelecidos com outras entidades.

Na esmagadora maioria das medidas o que nós reparamos, e a seguir vou-vos mostrar esse quadro, é que a variação de dois mil e onze para dois mil e doze é sempre inferior e demonstra que estamos a trabalhar numa base que é melhor do que aquilo que estava previsto, em termos do Plano de Saneamento Financeiro.

Como vocês devem ter conhecimento, estas são as medidas do Plano de Saneamento Financeiro. Nós temos previsto em termos de Plano de Saneamento Financeiro, o que está na coluna “E” (mapa da apresentação) e temos a dotação prevista no Orçamento para dois mil e doze, na coluna imediatamente a seguir. E à frente temos as variações, quer em valor absoluto, quer em valor percentual.

Se vocês repararem na grande maioria e começando pela primeira que é em termos de redução do número de colaboradores no universo municipal, nós temos o valor de um milhão e meio a menos, em termos de dotação do que estava previsto em Plano Saneamento de Financeiro.

Ou seja, uma diferença positiva de quinze por cento, porque para nós é positivo termos menos custos com os recursos humanos em relação àquilo que estava previsto no Plano. Isto, como é óbvio, deve-se a duas razões essenciais: nós temos um número inferior de colaboradores em relação àquilo que estava previsto em termos de Plano. O nosso número de colaboradores é inferior e para além disso temos o efeito bem menor que é, como sabem, resultado do menor valor de subsídios na função pública. E isso representa cerca de um terço do valor total que nós estamos a poupar.

Em termos de redução de horas extraordinárias, como veem o valor é ligeiramente abaixo. Há limiares que nós temos que atingir, não prevemos reduzir muito mais. Eu gosto sempre de referir que nesta rubrica o Orçamento da Câmara de Lisboa prevê onze milhões e que é superior a todo o nosso Orçamento para Recursos Humanos da Câmara de Aveiro. Portanto, estamos a falar de grandezas muito diferentes. Nós estamos a atingir os limites daquilo que é aceitável, se não teríamos que contratar mais pessoas.

Em termos de renegociação dos contratos de subsistemas de saúde há aqui uma diferença que é absolutamente lógica. Nós tínhamos valores à ACASA que estão incluídos nesta dotação e, por isso, nós temos uma redução de treze por cento em relação àquilo que estava previsto em termos de Plano de Saneamento Financeiro.

Quanto ao ponto seguinte há medidas que não são quantificáveis. Estamos a falar de uma aplicação informática cujo objetivo é melhorar a acessibilidade. Esta medida não é extrapolável para o Orçamento.

Em seguida temos a questão da Higiene e Segurança no Trabalho. Nós incluímos uma despesa que nós mas que pensamos ter impacto noutras áreas. O compromisso é ligeiramente superior à medida. Estamos a falar de cerca de onze mil euros. São quatro por cento de diferença em relação àquilo que estava previsto. São contratos plurianuais e nós não podemos dizer às pessoas “olhe não faça” mais onze mil euros só para cumprirmos. Acho que não é por aí as diferenças de concretização.

Em relação à Central de Compras, ela é avaliada por três classificações económicas e nós temos aqui a grande décalage e a grande diferença. Era expectável outro tipo, outro determinado conjunto de aquisições que não estão a ser feitas. E para além disso, há uma redução bastante significativa que nós iremos depois ver mais à frente em termos daquilo

que têm sido os consumos da Câmara. Nós temos feito poupanças enormes nesta área e isso é claramente visível. Só nesta rubrica nós estamos a falar, nesta medida, de dez milhões abaixo do que estava no Plano de Saneamento Financeiro.

Quanto às despesas de comunicação, eletricidade e seguros. Aqui é o grande diferencial. É a medida que não estamos a cumprir, mas penso que é perfeitamente lógico porque é que não estamos a cumprir. Nós temos um aumento de IVA muito claro na eletricidade e que faz o grosso deste valor. Sem este montante, o valor aproximar-se-ia muito daquilo que estava previsto em termos de Plano de Saneamento Financeiro.

Quanto ao alargamento de competências nas Juntas de Freguesia. Apesar do alargamento do número de competências que temos vindo a fazer, e era esse o objetivo, nós temos vindo a manter aquilo que é as participações. E na verdade, se somarmos aquilo que são as despesas correntes e as de capital, o valor está ligeiramente inferior ao valor que estava no Plano de Saneamento Financeiro. É esse o nosso objetivo e estamos a cumprir, de facto, com o Plano. Em relação ao grupo de medidas de finanças, estamos a falar da renegociação de comissões de contratos celebrados e reprogramação dos contratos com o IHRU. Neste caso, nós temos valores inferiores, estamos abaixo daquilo que era previsível. Tem a ver com várias situações específicas que depois se traduzem neste valor global.

Quanto à dívida ao Empréstimo de Saneamento, estarmos abaixo do Plano de Saneamento resulta da renegociação do valor do “spread” que fizemos com o banco, ao passar de taxa fixa para variável, e também ao facto de nós não termos utilizado a totalidade. Embora para dois mil e doze já esteja previsto isso não está é no ano todo.

Em termos de receitas, quanto à revisão de taxas e licenças, apesar de, como o Sr. Presidente disse, nós estamos a sentir um abaixamento, nós estamos muito próximos do que estava previsto no Plano. Estamos ligeiramente acima, em termos de receitas, daquilo que estava no Plano, cerca de vinte mil euros. São boas notícias. Isto depende sempre muito da conjuntura económica, não é só de nós. Nós temos feito alguma pressão para tentarmos cobrar aquilo que são as taxas, mas nem sempre é fácil. Quanto aos subsídios e contratos-programa há um valor bastante inferior em cerca de setecentos mil euros em relação ao que estava previsto no Plano de Saneamento Financeiro. Tem a ver com a introdução de critérios e a redução contínua dos montantes atribuídos, nomeadamente nas áreas dos contratos desportivos, culturais e sociais.

Ao nível do controlo interno, como sabem, não são medidas quantificáveis ao nível do orçamento e, portanto, não há referência. Em relação àquilo que são outras receitas, nomeadamente mecenato e alugueres de espaço, nós estamos ligeiramente acima, temos estado sempre ligeiramente acima. Eram valores com os quais tínhamos muitas incertezas quando fizemos o Plano e, se calhar, teremos sido um bocadinho cautelosos. A verdade é que, nomeadamente devido àquilo que são os alugueres de espaços nós temos tido sempre as medidas acima do que estava previsto. Ao nível do património, este foi concluído mas não tem impacto ao nível orçamental, neste caso, nem em relação às operações de transformar as operações financeiras e alteração de modelo para operações de outro tipo.

Quanto à alienação de património não indispensável, como vos disse, aqui há uma grande décalage, uma décalage positiva em relação àquilo que tínhamos previsto no Plano de Saneamento Financeiro. No entanto, para nós, isso não traduz a realidade, como sabem, e o Sr. Presidente já o transmitiu, até por causa das condições de mercado é complicado achamos complicado cumprir este grau de venda de terrenos. No entanto, nós já temos reduzido e continuamos a reduzir esta estimativa de vendas e há alguns processos que implicam, obrigatoriamente, termos de ter isto no Orçamento. Um deles, por exemplo, que ocupa quase oito milhões de euros de receita, que é o protocolo com a REFER, como sabem, uma parte é paga com terrenos. Ora esses terrenos têm de estar orçamentados, não serão vendas, mas é o mesmo conceito em termos de Orçamento. Outro tem a ver com

as pavimentações que lançámos e que também vão ser pagas com terrenos e que também está no Orçamento. Portanto, esses valores afetam diretamente esta medida. Como eu vos disse, é uma medida onde estamos melhor do que o que estava previsto no Saneamento, mas não é, de todo, real.

Habitação Social. É uma medida onde estamos completamente abaixo do que estava previsto no Plano de Saneamento Financeiro. Penso que todas as pessoas, todos os Vereadores que passaram pela Câmara sabem quantas propostas de venda, quantos abaixamentos de valores para vender nós já fizemos, quantas reduções, e mesmo assim as pessoas não compram. É uma realidade.

Nós no Orçamento já pusemos um valor muito abaixo, muito inferior, àquilo que estava no Plano, porque não vale a pena estarmos a dizer que temos no Plano de Saneamento os setecentos mil euros e depois não se vender nada. Acho que seria um grau de execução completamente errado e é uma das coisas que será revisto no Plano de Saneamento Financeiro.

Por último que não em último. Em relação às concessões, o valor que temos previsto são sete milhões e quatrocentos e um mil euros dos quais estamos ligeiramente acima.

Este valor é perfeitamente executável se recordarmos que no ano dois mil e doze, temos uma das tranches da AdRA a entrar na Câmara, em termos de encaixe financeiro. Portanto, estes valores são perfeitamente executáveis.

Como eu vos disse e para terminar esta parte das medidas, na despesa temos treze milhões e meio abaixo do que estava previsto em termos de Plano de Saneamento Financeiro. Ou seja, estamos muito melhor em termos de previsão do que aquilo que estava no Plano. E recordo que o Plano foi feito com base em execução e não em orçamentação. E em termos de receita estamos muito acima, aliás como já o transmiti.

Em relação àquilo que são as reduções das despesas correntes que é um dos aspetos que eu acho que nós temos que nos envolver, que era onde a Câmara tinha um grande problema e que estava, na minha opinião, numa espiral crescente, que é ao nível das despesas correntes. Nós temos uma evolução, de dois mil e dez para dois mil e doze, que é uma redução de trinta por cento nas despesas correntes. Essa operação traduz-se me vinte e um milhões de euros a menos de despesas correntes, em termos orçamentais. E para dar-vos nota de duas grandes rubricas, que são as grandes rubricas em termos de Recursos Humanos: de dois mil e onze para dois mil e doze, os recursos humanos baixam dezoito por cento e as aquisições de bens e serviços, de carácter corrente, baixam vinte e cinco por cento. Este é um grande trabalho que está a ser feito e que nós temos de agradecer a todos os funcionários da Câmara porque sem eles seria impossível.

Outra nota. Continuamos a reduzir. No ano passado decrescemos um bocadinho, em termos daquilo que são as despesas de capital, apesar de compromissos e o ano passado foi claro porque é que subimos; assumidos em exercícios passados. Este trabalho só se irá reduzir à medida que reduzimos dívida e à medida que reduzimos compromissos.

Uma outra nota. As despesas de capital pela primeira vez em termos orçamentais temos uma “Gep” para financiar aquilo que são as receitas de capital. Tem um super habite para financiar despesas de capital.

Por último aquilo que foi dado opção em termos de Grandes Opções do Plano, aquilo que são as obras e os investimentos. Foi prioridade à regeneração urbana e parque escolar. Porquê? Financiamento assumido noventa e cinco por cento — é essa a prioridade de quem gere os fundos comunitários. E é essa que nós temos que prever pelo reduzido capital do município. E nesse aspeto temos Parque da Sustentabilidade aprovado; Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação aprovado; Rede EcoIndustrial ainda não foi aprovado, ainda é uma previsão; Infraestruturas e Vias Municipais aprovadas (pelo menos duas); RAMPA aprovado; Regeneração Urbana da Avenida Dr. Lourenço Peixinho

e Freguesias ainda não está aprovado; e os onze Centros Educativos, sendo que a maioria já está aprovada.

Daquilo que aqui está e que é o grande grosso do investimento, estamos a falar de quinhentos mil euros não aprovados. Muito obrigado.”

De seguida inscreveram-se para usar da palavra, os seguintes vogais:

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[023](#)

“Sr. Presidente. Srs. deputados. Exma. Câmara. Até dois mil e três o PCP, de uma forma recorrente, abstinha-se nas votações das Grandes Opções do Plano e do Orçamento por considerar que era um documento técnico, de cuja elaboração o PCP estava afastado por não estar representado na Câmara Municipal. Era um documento cuja responsabilidade ficava com quem o elaborava e daí a nossa abstenção.

Em dois mil e três, a meio do último mandato do Dr. Alberto Souto, nós alterámos essa posição dado que passámos a entender que o Orçamento do tipo que nos era apresentado, isto é, um Orçamento sobredimensionado, a aprovação dele não era uma questão inócua para o município. A aprovação dele implicava uma autorização da Despesa sem que estivessem garantidas as Receitas correspondentes e, portanto, era o caminho para o aumento da dívida.

Desde dois mil e três até à atualidade, votámos sempre contra os Orçamentos e as Grandes Opções do Plano, porque esta característica se manteve ao longo de todos estes anos.

E não é o Orçamento para dois mil e doze que virá alterar esta posição de princípio, dado que estamos perante mais um Orçamento sobredimensionado. É bom não esquecer que as receitas deste ano não deverão andar longe, ou melhor, deverão andar perto dos cinquenta milhões de euros — e é disso que estamos a falar. O quadro para o próximo ano não será um quadro muito diferente. Portanto há aqui uma diferença enorme entre a realidade e os números do Orçamento.

Argumenta a Câmara e argumentou o Sr. Presidente com a evocação de que esta é uma exigência legal “isto decorre de uma exigência legal” de que a inclusão na despesa com a inclusão da dívida obriga a este sobredimensionamento do orçamento.

Já agora, permitam-me que pergunte à Câmara se esta era a justificação quando nos foi apresentado um Orçamento de duzentos milhões de euros? E se esta justificação continua a valer com o Orçamento que nos é apresentado, com uma redução de oitenta milhões face ao de duzentos milhões eu pergunto se a dívida paga foi de oitenta milhões de euros? Portanto, se hoje devemos menos oitenta milhões de euros quando era de duzentos milhões. É evidente que não... é evidente que não.

Com uma dívida semelhante ou com uma pequena redução, foi possível reduzir oitenta milhões de euros de orçamento! Portanto, a pergunta que fica é quanto deste Orçamento está inerente ao pagamento de dívida? E isso o Sr. Presidente não nos disse. Não nos disse.

Continua a fazer falta aqui uma palavra ou umas palavras deste tipo: “Srs. Deputados este é um Orçamento que tem de ser assim porque a lei o exige, etc., etc., etc., mas deste Orçamento são tantos milhões inseridos para a dívida e aquilo que fica do nosso Orçamento normal é tanto. E esse tanto vamos aplicá-lo desta maneira assim, assim, assim e assado”.

Já foi dito no passado que era importante que isto fosse trazido e mais uma vez não foi! Nem a comunicação do Sr. Presidente da Câmara, nem a comunicação do Sr. Vereador

Pedro Ferreira permitiram elucidar esta questão: quanto é que do Orçamento que nos é apresentado se deve ao pagamento de dívida antiga? E, fora isso, quanto é que resulta, quanto é que do Orçamento resulta da inscrição de dívida e quanto é que é Orçamento real? São cinquenta milhões, mais coisa menos coisa, que se prevê arrecadar no próximo ano e nós vamos distribuí-los da seguinte forma — essa palavra não veio.

Portanto, perante um cenário deste tipo, é muito difícil alterar a posição e provavelmente ela não será alterada, a não ser que se faça luz com argumentos de outro tipo ou com esclarecimentos de outro tipo que nos esclareçam em absoluto.

O Sr. Presidente e o Sr. Vereador trouxeram-nos uma mensagem de concordância com a lei, de concordância com as exigências com o Plano de Saneamento Financeiro — sabemos bem que não é esse o entendimento de outras entidades!? Não vou violar a reserva a que estou comprometido relativamente ao relatório da Auditoria do Tribunal de Contas e à possibilidade que me foi dada de exercer o contraditório, mas direi, porque isso consta da ata da Câmara, que pelo menos uma Sra. Vereadora afirmou que não há concordância entre estas exigências (e que incorrem sobre a própria Assembleia Municipal) e que penso (o Sr. Presidente da Assembleia Municipal já teve ocasião de referir na assembleia anterior), não está demonstrado que estas concordâncias com as exigências específicas do Plano de Saneamento Financeiro estejam bem respondidas neste Plano e Orçamento para o próximo ano.

E portanto, desde já manifestando a nossa predisposição para ouvir os esclarecimentos ulteriores que a Câmara queira prestar, deixar desde já a nossa discordância de fundo em relação a este documento e a nossa intenção de não o aprovar, antes pelo contrário, de votar contra.”

Vogal Nelson Peralta (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[024](#)

“Caro Presidente. Caras e caros deputados. Exma. Câmara. Antes de mais devo dizer que para o Bloco de Esquerda o Orçamento é sempre um documento político e não um documento técnico. Porque é o documento que vais estipular aquilo que pode ser e será a política autárquica para o próximo ano. Portanto, talvez não haja nenhum documento mais político do que o Orçamento. Não obstante isto, nós vemos que Élio Maia e Pedro Ferreira apresentaram o documento como se fosse um documento técnico, sem apontar como é que isto vai resolver os problemas dos aveirenses, como é que isto vai tornar Aveiro um sítio melhor para viver. Mas nós vemos porque é que é assim. Tem de haver uma parte técnica porque este Orçamento, como nunca antes esteve, é um Orçamento desta Câmara e está politicamente fragilizado.

Se não vejamos. Apenas passou na Câmara Municipal com o voto de qualidade do Sr. Presidente Élio Maia!

A Vereadora Ana Vitória Neves, a quem o Presidente Élio Maia entregou e confiou o pelouro das Finanças no início deste mandato, votou contra este Orçamento!

A Vereadora do CDS Maria da Luz Nolasco, ao contrário do que é hábito, apesar de ter votado favoravelmente apresentou uma declaração de voto pondo reservas a este Orçamento!

A outra Vereadora do CDS faltou a esta importante reunião da Câmara Municipal!

E hoje olhamos para a bancada do CDS nesta Assembleia Municipal e vemos muitas mais cadeiras vazias do que deputados!

Isto é um claro sinal de que este Orçamento está politicamente fragilizado e não convence, sequer, os próprios correligionários que deveriam suportar o Orçamento.

Pedro Ferreira deu-nos algumas apresentações de como isto estava a coincidir com o Plano de Saneamento Financeiro, de como isto é irreal e de como o Plano de Saneamento Financeiro é irreal.

Eu relembro que o Plano de Saneamento Financeiro prevê que o Estádio Municipal seja agora alugado por sessenta e cinco milhões de euros, quando esta Câmara prevê entregá-lo de borla.

Mas passando às perguntas, queria começar logo pela primeira. Geralmente começa-se pela primeira, não é? Pedro Ferreira, nesta apresentação e ainda de forma mais contundente na reunião de Câmara, a avaliar pela ata, congratula-se um pouco com o corte dos subsídios de Natal e de Férias dos trabalhadores da Câmara, que lhe permitem um pouco de folga orçamental.

E a minha pergunta é direta para a Câmara: a Câmara concorda com o corte dos subsídios de Natal e de Férias dos trabalhadores da Câmara?

Está solidária com esse corte ou pelo contrário, não concorda? Julgo que essa clarificação é de todo relevante.

Outra questão que está apresentada na comunicação, no resumo do orçamento, dá-nos a fábrica de baterias da Nissan e a expansão da fábrica da Portucel como os grandes exemplos de como a política que este Orçamento explana e que os Orçamentos passados explanaram, é a política correta para, e vou passar a citar «transformar Aveiro como cidade com futuro, aquela que tem capacidade para atrair projetos industriais de grande envergadura tecnológica». Diz ainda «que estes dois projetos em curso reforcem a transformação de Aveiro num berço de criação e de harmonização tecnológicas e que muito contribuirão, certamente, para a economia local e para a criação de novas e maiores oportunidades de emprego».

Aquilo que nós sabemos hoje e que já é sabido, pelo menos parcialmente, na data em que isto foi escrito é que a fábrica das baterias da Nissan não veio para Aveiro e a expansão da fábrica da Portucel também não vai acontecer.

Portanto, a minha questão é: se a Câmara Municipal apresenta como corolário do sucesso das suas políticas da geração de emprego a vinda destas duas fábricas, não podemos concluir que o fracasso da realização destes projetos é também um fracasso das políticas municipais de geração de emprego e da transformação de Aveiro num pólo tecnológico e de dinamização de economia local?

Em relação à ação social devo reconhecer que é bastante dramático todos os anos olhar para a rubrica da Ação Social da Câmara Municipal, uma vez que a Câmara Municipal não dispõe de ação social própria. A ação social é apenas dos protocolos com entidades terceiras, é a recuperação de edifícios de habitação social e o subsídio à MoveAveiro.

Em relação ao subsídio da MoveAveiro para transporte social vai ser, em dois mil e doze, metade daquilo que foi em dois mil e onze.

Em relação à recuperação de edifícios gostaria que me esclarecessem porque esta rubrica está repetida com dois valores diferentes no Plano; o que é um pouco estranho.

De qualquer das formas sabemos que supostamente há um ano atrás a Câmara iria começar as obras no Bairro de Santiago e até hoje não o fez, nem há nada inscrito para o fazer.

Em relação aos protocolos, ao contrário do que está escrito no texto do Orçamento, basta ver os valores, é que os protocolos com entidades terceiras para estas fazerem ação social vão ser reduzidos em oitenta e quatro mil euros. E também, no bolo global da ação social, em relação a dois mil e onze, dois mil e doze vai apresentar uma redução de cento e trinta e oito mil euros.

Portanto, com a crise social a agravar-se, vamos ter uma Câmara Municipal a gastar menos e a investir menos dinheiro na ação social e, absolutamente, incapaz de ter uma ação social própria porque desperdiçou nos últimos seis anos em que está no poder municipal sem criar um verdadeiro serviço municipal de ação social. Neste momento a Câmara Municipal não dispõe de qualquer automatismo, mecanismo ou equipas para fazer ação social.

Outra das questões prende-se com o fundo de emergência social que é anunciado no texto do Orçamento, mas que não está orçamentado. A Câmara Municipal diz que vai criar um fundo de emergência social para dois mil e doze. Mas ponto um: não tem as estruturas necessárias para o fazer; e ponto dois, esse fundo não está orçamentado, portanto não haverá verbas para o fazer.

Querida ainda que me fosse esclarecido porque é que a EMA (Estádio Municipal de Aveiro), vai ter uma transferência de duzentos e quarenta mil euros se já foi extinta. Como é que é possível dar a uma entidade que não existe duzentos e quarenta mil euros.

Em relação àquilo que este executivo diz ser uma grande aposta, que é o ensino não superior, a verdade é que em dois mil e doze há uma redução de três milhões de euros no investimento do ensino não superior.

Aproveitava também para colocar a pergunta, porque há uma semana, na última Assembleia Municipal, cidadãos vieram aqui questionar a Câmara Municipal sobre a situação dos jardins de infância e as auxiliares de ação educativa que aí trabalham. Pedro Ferreira disse que a situação seria resolvida a muito breve trecho, a verdade é que até hoje essas auxiliares ainda não tiveram qualquer contacto da parte da Câmara, o que revela, primeiro, que, de facto, estarão numa situação de despedimento, e revela uma completa incapacidade desta Câmara Municipal, não só em resolver a situação, como nem sequer respeitar as pessoas que emprega e os cidadãos que se deslocam a esta Assembleia Municipal.

Relativamente à política de transportes desta Câmara. Vemos que, de todo o bolo orçamental, a maior parte do Orçamento é gasto naquilo que são chamados transportes rodoviários e que corresponde a trinta e cinco por cento do Orçamento.

Bem sei que estão algumas questões da Refer aqui inseridas, que não são referentes a isto. Mas nós vemos que a MoveAveiro recebe setecentos mil euros e os transportes rodoviários, no seu todo, recebem vinte e um milhões de euros, há uma completa irracionalidade económica na forma como a Câmara Municipal trata a mobilidade dos aveirenses. Porque se houvesse uma política de transporte coletivo seria muito mais barato o investimento e haveria uma maior qualidade de vida. E sobre a questão concreta da MoveAveiro queria também fazer uma pergunta. Sabemos que há investimento na compra de dois novos autocarros, um deles já está adquirido e o outro vai ser adquirido a breve trecho, e Carlos Santos, na última Assembleia Municipal, aludiu a um estudo para fechar linhas da MoveAveiro. Disse que estava a ser feito um estudo para ver que linhas da MoveAveiro, que rotas da MoveAveiro podem ser fechadas. Primeiro, é curioso que a Câmara ou a MoveAveiro faça um estudo para ver quais é que são as linhas que podem fechar e não também, pelo menos, as linhas que podem reforçar e as linhas que pode abrir. E vendo o investimento público na MoveAveiro ao mesmo tempo que vejo a intenção de cortes nas linhas, a minha pergunta é muito simples: existe a intenção desta Câmara Municipal de privatizar a MoveAveiro. Essa intenção é para concretizar em dois mil e doze ou até ao final do mandato, e o investimento público e os cortes, ao mesmo tempo no serviço que estão a ser colocados, não é já um favor que se está a fazer ao privado?

Outro dos pontos relevantes deste orçamento é aquilo que a Câmara chama o maior projeto de sempre de regeneração urbana em Aveiro, isto é, o Parque da Sustentabilidade. Aquilo que nós sabemos do Parque da Sustentabilidade é que, apesar de ser apresentado como regeneração urbana, a verdade é que não vai recuperar uma única habitação para colocar ao serviço dessa ação social que é a habitação. A minha pergunta é, se isto é um projeto de regeneração urbana porque é que não recupera habitações? A segunda é, com o dinheiro das duas pontes previstas neste Parque da Sustentabilidade quantas habitações poderíamos recuperar e podíamos pôr, por exemplo, no mercado de arrendamento a custos controlados.

Outra das questões típicas, que já vêm de longa data nestes orçamentos, é a questão dos terrenos e das rendas. Na questão dos terrenos vemos que estão previstos vender vinte e sete vírgula três milhões de euros em terrenos. Primeiro, sabendo da prática desta Câmara, nomeadamente do célebre caso das piscinas que foram vendidas e revendidas pela calada da noite, mesmo que a Câmara orçamente que via receber o dinheiro da venda pode nem sequer o receber. Mas sabemos também que, na última execução do Orçamento de dois mil e dez, esta verba foi apenas concluída em um por cento. Portanto, é completamente irreal. Mas se fosse real significaria uma liquidação total, em tempos de crise, porque vender terrenos, ainda para mais em tempos de crise, será vendê-los a preço de saldo. Uma questão que ainda é mais grave é o ponto cinco ponto dez das receitas.

Diz a Câmara que vai receber cerca de vinte e sete vírgula cinco milhões de euros de rendas. E depois discrimina o valor das rendas. De renda das habitações vai receber mil euros; em rendas de edifícios vai receber outros mil euros; em renda de outros vai receber vinte e sete milhões e duzentos e cinquenta mil e oitocentos e quinze euros. Temos que para verbas de mil euros há a especificação do que é que se trata. Numa verba específica até ao cêntimo, mas que é de vinte e sete milhões de euros, diz apenas que é renda de outros. Julgo que esta Assembleia Municipal não pode votar este Orçamento em consciência se a Câmara Municipal não nos disser o que é que são os outros vinte e sete vírgula cinco milhões de euros, que estão aqui óculos e que pairam no meio do orçamento e que são uma parte bastante relevante do orçamento.

Por fim é sabido que o verdadeiro Orçamento Participativo da Câmara Municipal será o Orçamento de dois mil e treze! Portanto, em dois mil e doze terá de ser feito todo o processo para o primeiro Orçamento Participativo.

A questão é que neste Orçamento para dois mil e doze não há um cêntimo dedicado ao Orçamento Participativo, isto é, para a construção desse Orçamento. Como é que é possível durante dois mil e doze preparar o Orçamento Participativo de dois mil e treze se não há um cêntimo dedicado a esse Orçamento?

Resumindo, este é o Orçamento que não responde à crise, não gera emprego e quebra na ação social. E ao não responder à crise nestas duas questões principais vai conduzir ao agravamento das condições de vida dos aveirenses. Tenho dito.”

Vogal Romana Fragateiro (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [025](#)

“Ex.mo Sr. Presidente. Ex.ma Câmara. Ex.mos Srs. Deputados.

A minha intervenção vai ser breve. Há bocado o Sr. Vereador Pedro Ferreira falou no alargamento de competências nas Freguesias. Gostaríamos de saber quais são essas competências, uma vez que para a Freguesia de Esgueira o que nos foi dito é que essas competências eram exatamente as mesmas.

Vemos também que no Orçamento não está referenciado o valor da delegação de competências de cada freguesia! O ano passado também não veio e este ano continua a não vir. Eu gostaria de saber qual era a delegação de competências de cada uma das Freguesias. Obrigada.”

Vogal David Martins (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [026](#)

“Sr. Presidente. Digníssimos Membros da Mesa. Sr. Presidente da Câmara. Srs. Vereadores. Srs Deputados desta Assembleia.

Para além das opções do Plano o que está aqui em causa é a apreciação e votação do Orçamento da Câmara Municipal de Aveiro para o ano de dois mil e doze.

O Orçamento é, por natureza, um documento ambivalente. Por um lado constituiu-se um documento indispensável para uma gestão orientada dos recursos. Por outro, porém, é um

documento meramente previsional, com a falta de rigor que decorre da sua própria lógica. Como a lei impõe o equilíbrio absoluto das receitas com as despesas, e como esse equilíbrio não existe na realidade económica do Município de Aveiro o Orçamento tem de ter, forçosamente, certo grau de fantasia, que é tanto maior ou menor quanto maior ou menor for o desequilíbrio existente na vida real.

O Orçamento sobre o qual nos compete pronunciar foi elaborado por técnicos que, naturalmente, têm presentes as regras legais que devem informar o seu trabalho. Porém, o primeiro e principal responsável que nele figura é o Sr. Presidente da Câmara. Por isso, não me vou debruçar sobre as minudências técnicas legais do documento.

Porém, enquanto Presidente de Junta de Freguesia, e pensando também noutras instituições do concelho, entendo que devo destacar a importância vital da aprovação deste Orçamento para essas entidades, que em termos financeiros ficariam feridas de morte se a Câmara não pudesse transferir tempestivamente para elas as verbas que lhe estão destinadas.

Estou nesta Assembleia por inerência das funções que exerço. Se a elas me candidatei foi por solidariedade pessoal com a candidatura do Sr. Presidente da Câmara. Fi-lo voluntaria e livremente. Não acredito que o Sr. Presidente da Câmara submeta a esta Assembleia, para aprovação, um documento que se destine a tramarmo-nos, perdoem-me a expressão. Porque o primeiro e principal tramado seria ele próprio. Por isso, para honrar a expressão da solidariedade que entendo dever-lhe, irei votar a favor da aprovação do Orçamento. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[027](#)

“Senhor Presidente da Junta. Eu não percebi bem. Eu também parto do mesmo princípio que o Sr. também parte, que não há nenhum documento que o Sr. Presidente da Câmara traga a esta Assembleia que tenha o objetivo de nos tramar!

E digo-lhe isto com toda a honestidade. A pergunta que lhe faço é, ainda que esteja aqui por inerência é membro de pleno direito do órgão que se chama Assembleia Municipal, que tem uma competência específica de fiscalização do Executivo, e também é bom para o Sr. Presidente para ele cumprir o seu mandato que nós fiscalizemos com maior eficácia possível e portanto, eu pergunto-lhe, se essas suas declarações se são para se demitir da sua força fiscalizadora ou se a solidariedade política o faz votar qualquer tipo de documento que venha a esta Assembleia — por mais bem-intencionado que seja, e que eu acredito que o seja?”

Vogal David Martins (PPD/PSD)[028](#)

“Posso responder. Não me demito de coisíssima nenhuma e a prova de que vou votar a favor do Orçamento, assumindo a solidariedade com o Sr. Presidente da Câmara, é a prova de que não me demito de coisíssima nenhuma, antes pelo contrário, assumo-o.”

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[029](#)

“Boa noite Ex.ma Mesa, Sr. Presidente, Executivo. Eu confesso que, pela primeira vez, tive que alterar as notas que aqui tinha tomado relativamente ao Orçamento. E isto resulta da exposição feita pelo Sr. Presidente da Câmara, mas assenta fundamentalmente na exposição feita pelo Sr. Vereador Pedro Ferreira que, de repente, teve uma súbita vontade de falar do Plano de Saneamento Financeiro. De tal forma que eu até duvidei se estávamos no ponto três ou no ponto quatro. Aliás, a apresentação que fez foi sui generis porque tal aqui nunca tinha sido visto. Ou seja, nunca foi feita uma comparação com esta profundidade entre o Orçamento e o Plano de Saneamento Financeiro!

Eu gostaria de saber porque é que de um momento para o outro teve esta súbita vontade de falar do Plano de Saneamento Financeiro?

Aliás, aproveitei para tirar umas notas e para redigir aqui algumas questões que terei oportunidade de colocar, espero eu, na próxima reunião da Assembleia Municipal se o documento nos chegar a horas.

Gostaria no entanto de perceber uma coisa. Como é que o Sr. Vereador consegue fazer uma análise desta ordem, deste grau de profundidade, quando nós ainda não temos o relatório de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro, reportado a novembro e que já deveria ter sido apresentado. Adiante...

Se o documento está distribuído, eu peço desculpa e retiro já o que disse. Não tem problema nenhum. Mas já agora, e a talho de foice, se não estiver distribuído deixe-me que lhe recomende que insira o quadro que apresentou em 'Excel' no Relatório do Plano de Saneamento Financeiro, visto que nos últimos que apresentou não está essa informação, que é tão relevante e que foi tão bem exposta, e com certeza nos permitiria fazer outro tipo de juízo de valor sobre o acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro.

Não estamos no ponto quatro e eu vou retomar aquilo que é o assunto do ponto três, mas achei por bem fazer esta intervenção.

Das intervenções que foram feitas gostaria também de salientar o seguinte. Foi feita uma referência ao enquadramento legal das GOP's. Não me passaria pela cabeça que tal documento não viesse enquadrado de forma legal! Parece-me que é redundante mas com certeza que nos tranquiliza a todos quando é afirmado de viva voz que o Orçamento e as GOP estão enquadrados sob todos os aspetos legais que aqui foram referidos.

Gostaria também de fazer uma referência a uma situação que foi citada e que nos ajuda a perceber, claramente, qual é o critério político que esta Câmara utiliza para elaborar as GOP. O critério político que eu depreendi de algumas das afirmações que aqui foram feitas é o critério associado aos fundos comunitários.

Ou seja, os projetos que a Câmara tem, do ponto de vista político, são aqueles que são mera e exclusivamente apoiados em termos comunitários. Ora, é mais fácil irmos aos documentos de enquadramento do documento de apoio aos fundos comunitários e, muito provavelmente, vamos com certeza adivinhar quais vão ser as opções políticas da Câmara nos anos mais próximos. Porque, de resto, não se vê aqui outro critério que não seja o dizer que 'se há fundo comunitários nós desenvolvemos projetos nessas áreas, não havendo fundo comunitários nós não desenvolvemos projetos nessas áreas'. Eu sei que a situação da Câmara, como vou referir mais à frente, não é, propriamente, famosa, não tem melhorado, no meu ponto de vista, obviamente que estamos em divergência nesse aspeto. Mas eu diria que é curto, para um Executivo Municipal, alicerçar-se apenas e só nos fundos comunitários ou nos projetos que estão ao abrigo dos fundos comunitários. Eu penso que é curto, sob pena de nós não termos outros projetos que possam ser interessantes para a cidade e que não estejam abrangidos pelo QREN e afins.

Gostaria também de referir o seguinte. Há aqui uma passagem onde há uma espécie de lamento do estado transferir menos verbas. Ora convém dizer tudo e a questão já aqui foi referida. É que se o Estado transfere menos verbas, por outro lado também obriga o Executivo a ter menos custos, nomeadamente, em termos de pessoal. Eu penso que a questão das transferências do estado ou a questão das decisões do Estado sobre a política municipal devem aparecer em toda a sua extensão e não apenas naquilo que é parcialmente interessante expor nesta fase. Muito bem, fazem menos transferências mas à conta dos cortes dos subsídios de Natal e de Férias também obrigam o Executivo a ter menos custos e, portanto, de alguma forma, convém que nestas questões se diga tudo, não é só aquilo que nos interessa. É só nesta perspetiva que eu estou aqui a chamar a atenção.

Relativamente a questões mais quantitativas, eu gostaria de dizer o seguinte. De facto, este é o sexto orçamento que este Executivo apresenta. Eu não partilho da visão de que as coisas têm vindo a melhorar. Aliás, nós vamos entrar num ano que é particularmente crítico do ponto de vista conjuntural. O que é que isto traz em termos de Município? Traz que nós vamos ter de somar ao momento crítico conjuntural uma questão crítica do ponto de vista estrutural. E, Sr. Presidente, permita-me que lhe diga teve tempo para corrigir algumas questões estruturais, ou teve tempo onde era mais fácil ter corrigido algumas questões estruturais. Eu penso que o ano que vem vai ser extremamente complexo porque à questão do desequilíbrio estrutural da Câmara vamos acrescentar uma questão de desequilíbrio conjuntural, que se vai refletir sobre diversas perspetivas económicas. Uma já aqui citada das transferências do Estado central, mas obviamente que há aqui questões económicas, nomeadamente em termos de taxas, impostos, licenças, etc., etc., que, muito provavelmente, vão reduzir a receita da Câmara face àquilo que foi o ano de dois mil e onze. Podia ter feito atempadamente algumas coisas que não fez. Se nós olharmos para os números que foram apresentados na comunicação do Sr. Presidente nós temos uma receita, em novembro de dois mil e onze, de quarenta e três milhões de euros, repartida, sensivelmente, por trinta milhões de euros relativos a receitas correntes, seis vírgula quatro milhões de euros relativos a receitas de capital e temos seis vírgula nove milhões de euros relativos a outras receitas. Se nós acrescentarmos mais qualquer coisa que possa entrar na Câmara durante o mês de dezembro, não faço ideia de quanto será, mas se apontarmos para os cinquenta milhões. Se nós pegarmos nestes cinquenta milhões nós podemos olhar para os números que estão em termos orçamentais. E os números que estão em termos orçamentais não nos dão essa tranquilidade, porque só em termos de despesa corrente nós temos quarenta e nove milhões. Ou seja, para uma receita total de cinquenta milhões nós temos despesas correntes de cinquenta milhões, aos quais falta acrescentar o serviço de dívida deste ano onde será necessário incluir a amortização de capital do empréstimo. Ou seja, as receitas totais da Câmara com o número de dois mil e onze não servem para cobrir as despesas correntes da Câmara mais serviço de dívida.

Eu gostaria de referir uma outra questão que tem a ver com o facto do Orçamento aparecer empolado. É evidente que, e alguns colegas meus de bancada já o referiram e eu próprio já referi isso em orçamentos anteriores, apesar de ser uma obrigação legal não penso que seja exequível fazer uma gestão com base nesse tipo de orçamento. E, portanto, já aqui foi lançado o repto por diversas vezes, gostaríamos de conhecer qual seria o orçamento real da Câmara. Ou seja, destas receitas de cinquenta milhões de euros quais são, efetivamente, as suas alocações. E eu penso que a Câmara deverá gerir, ou se fará orientar, por um documento deste género. Porque quando nós olhamos para um Orçamento empolado e quando nós olhamos para a inscrição de receitas obrigatórias ao abrigo do POCAL eu diria que depois temos o exercício contrário que é o de retirar aquilo que não é exequível do ponto de vista da receita e do ponto de vista da despesa. E permitam-me que vos diga mas isto dá par tudo.”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰³¹

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: ⁰³²

“Senhor Presidente, eu ouvi atentamente a intervenção do Senhor Vereador e esta última intervenção também, todas as que foram feitas e dá-me ideia que isto tudo está a ser feito com muito cuidado. O Senhor Vereador veio fazer uma explicação adicional, que nunca tinha vindo fazer, para fundamentar etc., com alguma preocupação, e de alguma maneira justificar devidamente que se pode votar a favor!

Eu devo dizer que a Câmara em bom rigor e para ser séria, a Câmara está numa situação ingrata. Porque está entre duas Leis. Está perante a obrigatoriedade de cumprir o POCAL

e portanto ter que colocar tudo o deve e que exista no Orçamento — e isso fará forçosamente com que o Orçamento dispare. E depois, está também encurralada por outro lado, porque isso faz com que depois a Receita tenha que ser reequilibrada por conta disso; é um facto.

E portanto quer dizer que a Câmara se fosse prudente e face a estes dois imperativos que são contraditórios, provavelmente poderia solicitar um esclarecimento a quem de direito e tutela estas coisas sobre o que fazer neste tipo de situação, para que não incorra em nenhum tipo de inconformidade, porque não o quer, fatalmente! Portanto isso era a primeira nota que eu deixava, não sei se a Câmara teve esse cuidado ou não, mas essa primeira nota que eu deixava. Mas há mais, mas há mais.

E se quanto a isso, ainda poderíamos estar mais ou menos convencidos, porque haveria enfim, essa coisa dá duas Leis, uma para aqui outra para acolá, há outras e que conjugam forçosamente com o Orçamento, que não estão a ser cumpridas no meu ponto de vista.

Primeiro o Relatório de Acompanhamento de Saneamento Financeiro que nos é aqui apresentado no Ponto seguinte (e temos que ter a noção que está diretamente associado com as finanças da Câmara e ato contínuo com o Orçamento), o Relatório que nos é aqui apresentado é o 5.º Relatório, e que se reporta ao período de 18 de novembro de 2010 a 17 de maio de 2011. Este Relatório foi aprovado em reunião de Câmara apenas a 17 de agosto deste ano. Nós tivemos uma Sessão Ordinária de setembro e não veio o Relatório e já o tinham aprovado na autarquia, já o tinham no Órgão executivo e não apareceu aqui. Não sei porque é que não apareceu, mas não apareceu aqui e aparece-nos agora agendado no Ponto seguinte. Mas falta-nos cá o 6.º Relatório de Acompanhamento que se reportará depois ao período de 17 de maio, 17 de novembro. Depois passado um período de 30 dias obrigatoriamente em que a Câmara tem que preparar o Relatório para o apresentar e o que perfaria 17 de dezembro, e portanto não está a cumprir a Lei.

Mais, deve e o Senhor Presidente com certeza não ignorar que deve ser apresentado um Relatório Semestral sobre a situação do Plano Financeiro e remete-los para apreciação aos órgãos deliberativos. Nós não temos nenhum deles! Temos um ano sem Relatório, nós Assembleia Municipal. É evidente que temos o documento que aparentemente já estará disponível no site da autarquia para consulta, o do 5.º Relatório da Assembleia. Eventualmente o PS como é um Partido que está representado também no órgão executivo tem acesso através dos seus Vereadores dessa documentação. Até admito que pudesse estar no site disponível na parte da reunião em que esse documento foi discutido, mas não está o 6.º Relatório de Acompanhamento. E isso é uma obrigação legal que a Câmara deve cumprir e que eu diria sem fazer futurologia, qualquer dia algum órgão que tutela estas coisas vem incomodar a Câmara e outros sobre isto.

Isto, para chegar ao documento político. Eu confesso que a visão que tinha do Orçamento era realmente uma visão eventualmente política de apreciação do documento da autarquia. Mas é mais do que isso. Porque esta coisa de ser membro da Assembleia Municipal, quer seja no poder ou na oposição tem as suas implicações diretas e qualquer dia, embora seja às vezes difícil passar a mensagem ao cidadão comum, qualquer dia os partidos vão ter alguma dificuldade em arranjar quem queira assumir os lugares, inclusive até sobretudo para os órgãos executivos, porque é uma responsabilidade muito grande que está associada a esses órgãos. Um Vereador que seja executivo, nomeadamente numa Câmara Municipal como é a de Aveiro do meu ponto de vista mau, mau e sempre fui contra isso dentro do meu partido, acaba por se transformar num qualquer chefe de departamento, por causa da velha questão do “à consideração superior”. E portanto não há tempo para que os políticos possam ser políticos e passam a ser meros administrativos como chefe de departamento. Porque os funcionários de chefia por regra escondem-se na obrigatoriedade formal e não deveria ser assim. Porque a competência técnica vai até um determinado limite e portanto se exercem esses cargos de

direção têm que os exercer efetivamente. E se não exercerem essa função de direção tem que haver uma ação disciplinar forte. Quer seja do PSD, PS, BE, PCP ou CDS, porque é assim que tem de ser. E só no dia em que nos entendermos todos sobre isso é que vamos poder ter algum controlo efetivo sobre os funcionários.

Isto não se trata nada de exigir mais do que os funcionários! Atenção, que isto não é um ataque aos funcionários da autarquia. Isto a maior parte deles ou a grande maioria ou a larga maioria, são funcionários competentíssimos. Mas há sempre um ou outro que nos causa às vezes alguma dificuldade e que tem que ser combatido com uma qualquer sanção, nomeadamente numa organização com cerca de 700 funcionários como é a Câmara Municipal de Aveiro, que tem sempre alguns problemas que são exercidos mal. E essa disciplina é difícil de exercer. Não digo que não seja, mas é difícil de exercer. O PS também já se deparou com essa situação e isso é difícil, mas tem que passar a ser exercida.

Tem que passar a ser exercida, não pode ser de outra maneira. E isto para dizer que nesta questão do documento político e do documento técnico, hoje já não penso tanto assim. Porque eu próprio me abstive no Orçamento que veio aqui a esta Assembleia Municipal depois do resultado eleitoral em que esta coligação tinha sido sufragada há meia dúzia de dias e que tinham tido 50% dos votos dos aveirenses — e eu não podia, face ao Orçamento que me aparecia de uma coligação com esta margem de aprovação por parte do eleitorado, votar contra o seu primeiro Orçamento. Não me parecia curial haver esse desrespeito logo no arranque por quem tinha tido democraticamente 50% dos votos.

E foi este o sentido de abstenção essencialmente. Com esta justificação política que o meu e o da minha bancada do Partido Socialista ocorreu na Sessão.

Não obstante essa abstenção, poderá ou não ter algumas implicações no futuro — eu penso que não. Eu sinceramente e (eu) honestamente penso que não. Mas poderá ter algumas implicações no futuro que dever ser escusadas.

E depois colocamo-nos na questão: vamos votar contra tudo só no registo da questão? Não. Mas temos um alerta muito grande e não é só aqui. É também provavelmente em Beja e em outras autarquias. Ou seja, é preciso haver um extremo cuidado com a documentação que é feita, um extremo cuidado com a documentação que é aqui trazida. Uma extrema atenção da equipa com os documentos que são propostos e uma extrema atenção nossa, em relação ao que é sufragado positivamente ou não.

E portanto Senhor Presidente, não cumprindo, como não tem vindo a cumprir, estando o PS toldado de doze meses de apreciação do Plano de Saneamento Financeiro, ainda que quisesse muito, ainda que quisesse muito, ainda que o seu Plano ou as suas GOP'S proovessem um Aveiro melhor, ainda que o Plano de Saneamento Financeiro estivesse a funcionar em pleno (que não está Senhor Presidente) e a minha bancada depois já fez intervenções sobre isso e fará mais a seguir à minha, ainda que isso tudo, o Partido Socialista nunca poderia votar a favor, nem tão pouco abster-se.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [033](#)

“Muito boa noite. Eu concordo com a maior parte das declarações proferidas por todos os Senhores Deputados aqui anteriormente fizeram, mas só pelos mesmos motivos que o Senhor Deputado Pires da Rosa acabou de dizer eu voto a favor. É pelos mesmos motivos! Mas gostaria sobretudo que não houvesse confusão entre Grandes Opções do Plano, Orçamento e Plano de Saneamento Financeiro!

Eu acho que a tendência básica será quase que resvalar da análise do Plano de Saneamento Financeiro para análise de Orçamento e não pode ser. Isso, uma coisa inquina a outra. Não pode ser! E nós temos que separar as águas como se costuma dizer. Temos que separar as águas. O que está aqui em causa e que me leva a votar

favoravelmente sem problema perante terceiras entidades, nomeadamente o Tribunal de Contas.

Não tem qualquer problema, porque sinto que estamos devidamente fundamentados em termos de enquadramento legal e bastante citar o artigo 5.º da Lei do enquadramento Orçamental, para nós termos a consciência que efetivamente os compromissos assumidos têm que fazer parte integrante do Orçamento e não há volta a dar — portanto não é por aí.

Mas também sinto que esta câmara não tem, não deve ter, não pode ter, toda a gente com a competência técnica necessária para fazer a avaliação de um documento desta envergadura do ponto de vista técnico. Como aqui alguém disse e muito bem, estamos a avaliar do ponto de vista político.

E eu analisando esta questão até coloco em dúvida porque é que se adianta, nomeadamente no Tribunal de Contas com responsabilização financeira, quando numa análise que é feita é essencialmente política, análise política!

Eu estou aqui assim preocupado com as Grandes Opções do Plano. E não estou preocupado com a cabimentação de uma eventual viagem ao estrangeiro por causa de um cumprimento de um investimento que está cofinanciado.

Portanto a minha análise é verificar se aquilo que está contido nas Grandes Opções vai de encontro com: primeiro aquilo que a Coligação se comprometeu nas eleições. Se isto vem de encontro àquilo que efetivamente foi prometido aos aveirenses, para saber se efetivamente o meu voto está a ser correspondido em atos e não em paleio. Tudo o que a gente quer aqui é substância.

E relativamente à substância de facto eu não posso deixar de realçar a aposta que é feita no executivo.

E esta aposta na requalificação urbana que foi muito bem esplanada, mas tendo sempre em consideração que esta reabilitação tem em conta uma fortíssima participação nacional e comunitária, porque é um fator muito importante para a definição dos investimentos na nossa terra.

Não vamos fazer investimentos em que sem essencialmente serem comparticipados financeiramente pelo município e portanto isto é alavanca e de que maneira o progresso pela feitura de obra que é necessária para os aveirenses.

Nós podemos discutir se a ponte sobre o canal Central é da maior importância ou da maior prioridade, mas que é importante é; e revela uma visão de futuro.

E portanto no meu entender, eu voto favoravelmente, porque estou completamente de acordo com o que está com substância consagrado nas Grandes Opções do Plano.

E estamos a falar de Opções que devidamente valorizadas ascendem a cerca de sessenta milhões de euros. É isso que está lá.

A questão do empolamento é uma questão que tem que ser vista de facto à luz de tudo o que se passou no passado. E portanto nós estamos a fazer um caminho de redução sistemática, consolidada, dessa questão. É um problema com que o nosso município (e não só) se confronta. E que portanto tem vindo a ser paulatinamente e eu digo paulatinamente para não dizer que oitenta milhões de euros de redução é uma redução fortíssima.

Digo que está a ser feito um esforço importante no sentido de trazer para a realidade esse Orçamento que continua por todas as razões que já foram adiantadas, continua a aparecer no nosso Orçamento.

Eu gostaria de louvar aqui a apresentação que foi feita pelo Vereador Pedro Ferreira e compartilho inteiramente da surpresa positiva que foi ver aqui manifestada de uma forma tão eloquente o impacto, a comparação, entre as medidas do Plano de Saneamento Financeiro e as medidas que estão Orçamentadas.

De facto faltava fazer essa análise, esse exercício, que é da maior importância para o total esclarecimento dos membros da Assembleia Municipal e isto foi feito agora. E espero

sinceramente que continue a ser feito no futuro, apesar de haver um desfasamento temporal. Não facilita muito o desfasamento temporal entre o período de análise dos relatórios do Plano de Saneamento Financeiro e o período do Orçamento, porque os Planos de Saneamento Financeiro cruzam vários Orçamentos e isso é verdade.

E portanto não é fácil discernir o que é que tem impacto no Orçamento e o que é que tem impacto residual no seguinte ou no anterior e andaremos sempre um bocadinho às voltas com isso.

Mas o trabalho que foi feito, considero um trabalho muito sério, um trabalho honesto que vem responder positivamente às nossas preocupações e responde do ponto de vista técnico a muitas das questões que foram colocadas inclusivamente pelo Tribunal de Contas, que não vale a pena estarmos aqui com coisas, é do conhecimento público desde o dia seguinte àquele em que eu recebi em minha casa. Isso foi esparramado no Diário de Aveiro e portanto é público, é do conhecimento geral, e não vale a pena estar a esconder isso. Portanto isto responde e muito bem, e muito bem, às nossas preocupações e às minhas em particular.

E portanto também retira muita daquilo que eu gostaria de dizer e que me sinto de facto esclarecido e já não precisarei de fazer. Tenho pena sinceramente que este trabalho não tivesse sido feito antes, porque se tivesse sido apresentado quase de certeza que mereceria o voto unânime de todos os Vereadores, mesmo os da oposição. Por que o que é que eu vi? Vi que umas pessoas votaram contra precisamente por questões relacionadas não com o Orçamento, mas com o Plano de Saneamento Financeiro. Isto é que é a realidade! Isto é que é verdade.

Mas como o Vereador Pedro Ferreira e muito bem, fez aqui uma explanação sobre o impacto do Plano de Saneamento Financeiro no Orçamento para 2012, penso que não há razão para em consciência votar contra ou votar abstendo-se.

E portanto sobre isso era o que se me oferecia dizer nesta primeira parte, dando uma vez mais os meus parabéns ao executivo pelas Grandes Opções que apresentou e pelo Orçamento que está aqui para remeter à nossa aprovação. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [034](#)

“É muito breve. Não farei a pergunta para que é que servem os Relatórios Semestrais, porque vossa excelência sabe, não é uma pergunta capciosa para o irritar, mas a pergunta que lhe fazia era a seguinte: - teve acesso previamente à intervenção do Dr. Pedro Ferreira ou só ouviu aqui? E que se considera que é suficiente a intervenção do Senhor Vereador, por melhor que possa ter sido, pela apresentação gráfica e a boa imagem que possa ter sido, em relação a um relatório que a Lei obriga e que não está em falta só um estão em falta dois. Se Vossa Excelência ainda assim se sente satisfeito na substituição do cumprimento legal de 2 Relatórios e Vossa Excelência que ainda por cima é do ofício específico, em relação a uma intervenção do Senhor Vereador enfim, fazendo alguns esclarecimentos, mostrando algum gráfico e fazendo alguma declaração de intenções, que admito até evidentemente que possam ser verdadeiros, mas como saberá não serão tão corretos como seria um relatório.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [035](#)

“Eu penso que fui claro ao dizer que manifestei a minha surpresa pela apresentação. Eu vinha preparado para uma série de números relativos ao Orçamento. Portanto fiquei agradavelmente surpreendido pela apresentação hoje perante a Assembleia dos elementos dos quadros que o Vereador Pedro Ferreira apresentou.

Mas o Senhor Deputado disse aí uma coisa com a qual eu não estou de acordo — é que a Lei não obriga a apresentar aquele mapa, aí é que está enganado, desculpe! A Lei não obriga. Nada está na Lei, em lado nenhum, que lhe diga qual é o modelo de apresentação do relatório do Plano de Saneamento Financeiro. Aí vai-me desculpar. Diga-me, cite-me, qual é o articulado da Lei das Finanças Locais, seja de outra Lei, seja da Lei do enquadramento Orçamental ou outra, está à vontade para me dizer qual é o modelo de apresentação do Plano de Saneamento Financeiro. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa [036](#)

Vogal Paulo de Jesus (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [037](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa noite a todos. Eu gostava de começar a minha intervenção sobre um tópico genérico supra Orçamento, da Câmara Municipal de Aveiro, que tem estado aparentemente em debate nesta Assembleia e que me parece importante que é, como é que devemos olhar para os Orçamentos de uma Câmara e neste caso da Câmara Municipal de Aveiro.

Eu dou a minha interpretação e é assim que farei. E é nesse sentido ou com esse pano de fundo que farei a minha intervenção e é com esse pano de fundo também que em consciência votarei este Orçamento.

Para mim um Orçamento é um documento de gestão. E é um documento de gestão fundamental para a gestão de qualquer organização.

Nas organizações privadas quando os Orçamentos ou a gestão é mal feita, são eles privados (trabalhadores eventualmente) com muita pena, que sofrerão as consequências disso.

Relativamente a entidades públicas quando a gestão dos dinheiros públicos não é bem-feita são os contribuintes e todos os cidadãos que são afetados por isso.

E portanto eu peço desculpa, mas não concordo em nada com a intervenção anterior do Senhor Deputado Olinto Ravara, de que faria uma análise exclusivamente política sobre as opções da Câmara neste Orçamento. Que levado ao extremo quase que pareceria que quanto mais coisas importantes para Aveiro estivessem incluídas neste Orçamento melhor! Não. Devem estar as possíveis. As possíveis face à situação financeira da Câmara e o que ela pode fazer.

E portanto é nesse quadro que analiso esse Orçamento. E analiso também o Orçamento no quadro dos deveres de fiscalização de uma Assembleia Municipal que até agora recentemente parece haver algum consenso de que sejam aumentados. E portanto é importante a Assembleia neste momento, de um documento que autoriza despesa como muito bem o Deputado António Salavessa disse e declarou, não abdique dos seus deveres de fiscalização relativamente a um instrumento de gestão fundamental.

Nós sabemos que há constrangimentos na Lei na elaboração de Orçamentos, mas temos que ter a garantia absoluta quando autorizamos despesa, que a gestão dessa despesa está a ser bem feita. E portanto é obrigação do executivo dar essa garantia.

Este Orçamento como também já foi dito várias vezes, é apresentado num quadro de gestão de recursos financeiros da autarquia de Aveiro que não é um quadro anormal como parecem fazer crer.

A autarquia de Aveiro submeteu-se à análise de entidades externas e tem obrigações legais de cumprir os compromissos a que livremente se submeteu perante o Plano de Saneamento Financeiro. Portanto quando apresenta o seu documento de gestão de despesa para o ano de 2012, esse pano de fundo é fundamental! É um quadro fundamental de análise da situação financeira e do que é que vem aí no ano de 2012 na gestão dos recursos.

E portanto é fundamental que a Câmara Municipal novamente garanta as medidas de acompanhamento e controle da despesa e do uso dos seus recursos. E portanto, se o Orçamento é empolado, se é irrealista, etc., tem de haver algum tipo de suporte que o Senhor Vereador fez um pequeno ensejo relativamente a isso, que nos garanta que essa despesa está a ser bem feita.

O que o Senhor Vereador falou foi de uma pequena parte desse Plano de Saneamento Financeiro e da gestão desse Orçamento, faltam várias outras peças. E portanto a obrigação do Senhor Presidente não é só cumprir a Lei! É cumprir a Lei e dar essas garantias de que a despesa vai ser bem aplicada e que a gestão dos recursos dos cidadãos vai ser feita de forma criteriosa.

E numa situação em que o endividamento e o desequilíbrio financeiro assumido publicamente pela coligação, continuam a ser o pano de fundo da autarquia, não basta dizer que estamos em situação de crise e portanto que as medidas com maior expressão financeira, não vão poder ser garantidas durante esse mandato. É que essas medidas são essenciais, para garantir o equilíbrio, para acabar com os desequilíbrios, que só aumentam a questão e o problema do endividamento. A questão da concessão do estádio! Da habitação social já falámos e etc., A conversão de operações financeiras anteriores em outro tipo de operações financeiras, peço desculpa pode ser quantificado. Pode haver uma redução de custos para a autarquia, se se alterar os contratos de leasing e de leaseback, como estava plasmado no Plano de Saneamento Financeiro e que o Senhor Vereador dizia que se iria fazer um fundo imobiliário etc., etc. isso pode ter quantificação financeira.

Já ouvimos o Senhor Vereador falar exclusivamente sobre a questão da proposta de Orçamento, se cumpre o Plano de Saneamento Financeiro ou não na questão de receita de despesa e do investimento. Também cumpre? Gostava de ouvir o Senhor Vereador falar sobre isso.

E as previsões de endividamento líquido do município que advém deste Orçamento estão de acordo com o que foi acordado no Plano de Saneamento Financeiro, nomeadamente com o Tribunal de Contas? Isto são perguntas importantes, que é necessário responder para garantir a boa gestão dos recursos.

Mudava agora para outra questão mais específica da questão dos projetos. Oh Senhor Vereador, eu acho, (tenho medo das palavras) que é preciso ter lata. Que a Câmara Municipal só vai candidatar projetos financiados por fundos comunitários!? E as escolas, sendo um projeto emblemático? Nós tivemos um debate nesta Assembleia acalorado, reforçado, veemente relativamente às escolas, para no momento certo o município apresentar a candidatura às escolas a financiamento comunitário. A bancada da posição desta Assembleia foi firme na defesa de que essa não era a via. Que era a via de uma parceria pública ou privada. E agora com toda a lata do mundo vem dizer que são a favor só de projetos de financiamento!? É preciso fazer um ato de contrição sobre estas coisas. É preciso seriedade.

E sobre a política financeira, e com isto terminava, com esta imagem, é que a Câmara Municipal está nesta situação e está debaixo de fogo sobre as entidades que analisam a sua execução financeira porque sempre teve a política de olhar para trás. E a lei da física explica que, quando se caminha a olhar para trás tropeça-se e algum dia se vai contra uma parede.

E a primeira grande parede que vão encontrar vai ser o pagamento do financiamento da transformação da dívida de curto prazo em dívida de longo prazo, são oito milhões de euros. É uma parede enorme de 66% dos encargos anuais, com empréstimos de médio a longo prazo. E esta política vai infelizmente prejudicar os aveirenses. É com tristeza que o PS diz isto, não é com nenhum regozijo. E é com tristeza de V. Exas. não terem tido a humildade democrática de nos ouvirem a tempo. Disse.”

Vogal Victor Martins (PPD/PSD)⁰³⁸

Vogal Marques Pereira (PS)⁰³⁹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: ⁰⁴⁰

“Senhor Presidente de Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, este Orçamento não é o nosso Orçamento.

Este Orçamento ainda não é o nosso Orçamento mas é seguramente e cada vez mais o nosso Orçamento. Tem vindo a descer de ano para ano, começamos em 2007 com perto de 200 milhões de euros e este que ainda não é o nosso, mas aproximasse cada vez mais do nosso pois já só apresenta um valor de 112 milhões. Este Orçamento quanto a mim e a esta bancada que nele se revê, diga-se desde já, ainda não é o nosso Orçamento, mas como já disse cada vez nos revemos mais nos orçamentos deste Executivo.

Revemo-nos nele, na redução do seu valor de 2011 para 2012 em 14 Milhões de euros; uma redução de 11,5 % feito através do trabalho arduo e exaustivo de uma grande equipa. Revemo-nos nele quando ele baixa a despesa corrente em 16,83% ou seja baixa a despesa corrente da Câmara em 11,7 M. de euros.

Por outro lado este também é o Orçamento que vai permitir uma grande e efetiva aposta na Educação através da concretização de parte da Carta Educativa, da requalificação da rede viária do concelho (que bem precisa) e ao lançamento no terreno de obras de requalificação urbana muito importantes para todos nós.

Este é o Orçamento que vai permitir através da concretização do Parque da Sustentabilidade criar em Aveiro um corredor entre o Rossio e Santiago que é claramente é a maior obra de requalificação urbana feita na nossa cidade. Estas obras na freguesia da Glória passam pela requalificação de uma grande área, cerca de 20 hectares, destacando-se a Ponte entre o Rossio e o Alboi; a requalificação do Parque do Alboi; a requalificação do Parque da Baixa de Santo António; o arranjo da rua das Pombas; o edifício de Animação e Formação Artística; a Ponte Pedonal que irá ligar o Parque de Santo António ao Parque Infante Dom Pedro; a construção do Cento Ambiental; a requalificação há tanto pedida do Parque Infante Dom Pedro. Ou seja, um vasto número de realizações físicas que irão mudar, cremos nós que para melhor, a vida nesta aprazível freguesia, logo melhorar a vida e o laser em Aveiro.

Por outro lado, este também é o Orçamento que irá permitir continuar com as obras na nova avenida das Agrad e possibilitar quem sabe brevemente a ligação do centro de Aveiro diretamente à A25

Este é o Orçamento que irá permitir avançar com mais investimentos em ampliações e novos centros educativos. O investimento em educação é um grande e efetivo investimento no futuro de todos nós.

Na Ação Social este Orçamento reforça as verbas às instituições da área do apoio e da solidariedade social, na área social irá também criar um fundo municipal de emergência social para famílias e situações de graves carências.

Este é também o Orçamento que irá permitir a aposta na vertente cultural assim como nele também está estampado uma aposta forte nas realizações desportivas a que a nossa câmara e a nossa cidade estão associados,

Este é também o Orçamento que irá continuar uma aposta forte nas juntas de freguesias e no saber fazer dos seus executivos que através do programa Juntas por Aveiro irá continuar o programa de delegação de competências não repercutindo no valor a transferir para as mesmas os cortes feitos pelo executivo. Este é o Orçamento em que nós nos revemos. Esta é a nossa parte no orçamento.

Porém o Orçamento não é, não pode ser só isto. O Orçamento reflete também as dificuldades em que o País foi deixado. Este Orçamento reflete o desvario a que foram levadas as contas do país pelo Governo Socialista depois dos cortes e dos PECs.

Este Orçamento, fruto do apuramento da verdade das contas públicas do país sofreu um corte de 5,5% ou seja o Estado deixa de transferir para a Câmara menos quase meio milhão de euros em relação a 2011, devido à situação das Contas Públicas.

Por outro lado, este Orçamento 16,4% são para pagar serviço de dívida pública, juros e amortizações.

Por isso Sr. Presidente e Srs. Deputados, este é quase o nosso Orçamento. Porque o Orçamento é nosso, mas as dívidas são de outros. O trabalho é nosso, é deste Executivo, mas as dívidas e as obrigações e os compromissos eram de outros — são e serão infelizmente de outros por mais e mais alguns anos, fruto de anos de desvarios em grandes investimentos, mas investimentos sem sustentabilidade financeira que jogaram este Município para estes orçamentos de milhões e milhões. E esta sim é a parte deste Orçamento que não é nossa. Esta é a parte de outros, esta é a vossa parte, esta é a parte do Partido Socialista neste Orçamento que nós não subscrevemos.”

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal João Condinho Vargas)

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD)⁰⁴¹

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: ⁰⁴²

“Gostava de começar por perguntar à mesa, admitindo que posso não conhecer o Regimento na sua plenitude, se pelo facto do CDS-PP ter hoje menos deputados na sua bancada do que o Bloco de Esquerda, não devia intervir depois?

Bem, como seria de esperar este Orçamento começa com uma espécie de choro. O anúncio já esperado por todos de que vai haver menos dinheiro no próximo ano, num corte de quase meio milhão de euros do Orçamento de Estado.

Essa redução deve-se, sabemos todos nós, com explicações diferentes dos partidos, à atual crise económica que o país atravessa.

Mas há um primeiro erro neste anúncio. Neste e no de todas as câmaras municipais de direita, que neste país fazem exatamente o mesmo. É que anunciam este corte como se ele caísse do céu: “Olha, por acaso estamos em plena crise económica e por isso vamos ter menos dinheiro”.

É preciso que fique bem claro que as crises económicas não são como as estações do ano, não vêm e vão por ciclos ou acasos. As crises económicas surgem por causa das opções políticas que se tomam e que se defendem, ou não.

Nessas opções políticas estão, claro, os Orçamentos das Câmaras Municipais. Não são tudo, é verdade, mas são uma parte importante da responsabilidade desta crise, e por isso, este Executivo é também corresponsável pela crise e por haver menos dinheiro do orçamento do estado no próximo ano. E disso que ninguém tenha dúvidas. Quando falo de Orçamentos Municipais e opções políticas que levam à crise, falo de Estádios de futebol que não servem para nada, falo de perdões de impostos a grandes empresas ou grupos económicos como a Martifer ou a Nissan, falo de empresas municipais que só servem para agravar a despesa simulando que se deve menos, falo até de negócios estranhos com clubes de futebol e cheques que não são depositados porque, por azar, temos um presidente que só percebe de filosofia mas não sabe depositar um cheque. Enfim, falo daquilo que tem sido o rumo político da direita em Aveiro, que agora vem aqui chorar porque vai ter menos dinheiro no ano que vem. O problema é que analisando os orçamentos da Câmara Municipal de Aveiro chega-se sempre à mesma conclusão:

prejudicam 99% dos cidadãos para beneficiarem 1%. É a conhecida história do 1% contra 99%. É que em nenhuma crise há menos dinheiro, o que há é uma maior concentração de dinheiro numa pequena parte da população, seja ela, repito, a MARTIFER, o Grupo Melo ou até um sucateiro qualquer. Eu não esperava que este

executivo começasse o orçamento assumindo o erro das suas opções políticas passadas, mas quero sempre acreditar que se aprende um bocadinho que seja com os seus próprios erros e se mude de rumo. Esta câmara não aprende e este orçamento é mais um que contribui ainda mais para a crise geral dos cidadãos, concretamente dos aveirenses, neste caso, porque em nada, mas mesmo em nada, pensa na melhoria das condições de vida dos 99%. Não é preciso ir muito mais longe. O Bloco de Esquerda tem falado muito aqui, e continuará a fazê-lo, do Bairro de Santiago, onde água amarela corre nos canos dum bairro amarelo. Nos bairros sociais, onde vive a classe social de estrato económico mais baixo, e portanto aquela que mais sofre com a crise, a proposta da Câmara é vender-lhe casas, ou seja, com a pobreza quer fazer-se negócio, e o vereador Pedro Ferreira mostra-se triste e, ainda mais incrível, espantado, porque pessoas que vivem na miséria não querem comprar uma casa à Câmara. Isto seria cómico se não fosse trágico. O que este orçamento confunde, e é grave, é uma pequena caridadezinha através de instituições privadas com a justiça que se deve fazer diretamente pelos órgãos políticos na forma como se distribui a riqueza. E a distribuição da riqueza faz-se garantido o acesso de todos àquilo que são os seus direitos essenciais: educação, mobilidade, recursos naturais (como por exemplo a água), habitação e saúde. E este orçamento tem duas grandes mentiras, ou falsidades, se preferirem. No que respeita à melhoria de vida dos cidadãos, é uma mentira! Porque não pensa em nenhum destes direitos que enunciei. Aliás gasta-se cada vez menos com política social. No que respeita à despesa, é uma espécie de saco onde se põe todo o dinheiro que se acredita ou se quer acreditar ter, para depois se gastar como muito bem apetecer. Enfim, dá para o menino e para a menina. Mas fica bem patente, em áreas chave, que a Câmara está a deixar, por exemplo, a Moveaveiro degradar-se para depois a privatizar, e está a deixar os edifícios envelhecerem para depois os vender.

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [043](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. De facto o Orçamento, este Orçamento, e todos os Orçamentos são fundamentalmente uma escolha de prioridades. E este executivo fez as suas e é muito evidente no preâmbulo escrito deste Orçamento, deste documento, o que é que nós estamos a falar quais são as prioridades. É obra de betão, obra de betão, obra de betão, obra de betão! São redes viárias, são pontes, são arranjos de ruas, são passeios, são fachas de rodagem, é disso que se trata este Orçamento. É as prioridades que o senhor Presidente pelo seu próprio punho escreveu no início deste documento, porque de facto não há nenhuma ligação deste documento às pessoas. E há variadíssimos exemplos do que agora estamos a dizer. A primeira menção que este documento faz à grande preocupação que neste momento está subjacente à condição que nós vivemos, à conjuntura que nós vivemos, que é a questão do emprego. Tem duas menções muito próprias, são dois investimentos que nada têm a ver com o município, dois investimentos que por acaso já não existem. Estamos a falar da Fábrica da PORTUCEL e da Fábrica da NISSAN. São os únicos dois exemplos que esta Câmara conseguiu encontrar, mas já não existem. São os únicos dois exemplos que esta Câmara conseguiu encontrar para demonstrar a sua política de incentivo à criação de emprego. Não há mais nenhum exemplo e foi buscar aqueles dois que coincidentemente já não existem.

Mas há outras coisas. Há aquilo que o Senhor Vereador Pedro Ferreira há pouco dizia quando se regozijava pela diminuição substancial do apoio às Associações culturais, desportivas e sociais. E portanto fez questão de dizer na sua intervenção que dada a conjuntura económica que obviamente que é uma prioridade desta Câmara diminuir o apoio nomeadamente às Associações Sociais.

Falou a seguir ou não falou, porque não há nada para falar, quando tentamos perceber o que é, e de que atividade cultural conseguimos encontrar neste município e a atividade cultural é uma atividade transversal à economia se entenderem as novas correntes e a forma como nós podemos de alguma maneira cativar e mobilizar pessoas para o nosso concelho e a atividade cultural neste Orçamento evaporou-se.

Já não é de hoje, tem vindo a decrescer substancialmente, porque decresce na mobilização e na motivação, decresce nos incentivos e naquilo que é a própria atividade que a Câmara Municipal tem para oferecer. Aliás, todos os aveirenses sentem e todas as pessoas que outrora visitaram Aveiro. Visitavam de forma sistemática Aveiro hoje não têm nada para encontrar nesta cidade.

Falamos em comunidade escolar. E como falamos em comunidade escolar aquilo que temos é um Parque Escolar que veio atrasado e não sabemos onde é que vai parar e como é que vai pagar.

Temos um episódio recente e que já não é a primeira vez com auxiliares de ação educativa que são tratadas como nós não tratamos, não podemos tratar ninguém. E portanto abaixo daquilo que é a dignidade e das relações laborais que devem estar subjacentes a uma relação com os seus cidadãos.

E temos os professores completamente abandonados à sua sorte, que iniciaram este ano letivo e disso temos muitos testemunhos públicos, que iniciaram este ano letivo sem qualquer tipo de apoio da Câmara Municipal. Aliás, dito na última Assembleia Municipal. A Câmara Municipal não assume a sua responsabilidade e não se senta sequer no órgão a que a Câmara pode e deve participar e dar a sua opinião sobre os assuntos. São faltas, sobre faltas, sobre faltas, porque de facto aquilo que interessa a esta Câmara são passeios, pontes, redes viárias, arranjos de ruas ou então aquilo que eventualmente um gestor do Plano Operacional do QREN disser que tem que fazer. E podemos falar daquilo que são os exemplos mais paradigmáticos dos últimos tempos desta Câmara. Quando privatizou a água foi avisada, reavisada, toda a gente disse o que é que ia acontecer, íamos aumentar os preços, ia aumentar o preço, e quem é que ia sofrer as consequências eram os consumidores e os aveirenses. O que é que está a acontecer? É que toda a gente hoje paga bem mais pela água do que pagava anteriormente.

E esta é a política de gestão de aumento e de melhoria da qualidade de vida que estas GOP, como todas as outras para trás trouxeram aos aveirenses.

Falamos por exemplo, do atraso que há pouco eu ouvi do Parque Escolar, em que se olharmos à volta atrasou-se substancialmente a melhoria da qualidade do projeto educativo de todas as escolas de Aveiro. Estamos sete, seis, sete anos atrasados, relativamente à maioria dos municípios. E depois o Senhor Presidente tem a distinta lata de falar em diminuição do Orçamento em oitenta milhões!?

Fala da diminuição de valores do Orçamento, mas depois não fala da taxa de execução. Porque aquilo que interessa às pessoas não é o que se promete, é o que se faz, aquilo que na realidade acontece. E aquilo que nos últimos três anos tem vindo a acontecer é que a taxa de execução percentualmente tem diminuído. Ou seja, nós podemos dizer, prometer este mundo e o outro, um milhão, dez milhões, cem milhões e depois só provamos aquilo que fazemos com a taxa de execução.

E aquilo que tem vindo a acontecer é que de facto baixa o Orçamento, mas baixa ainda mais a taxa de execução.

Portanto quando os Senhores dizem que não fazem despesa, é porque não há obra. Não há nada feito por este executivo. E a gestão que é feita com o valor que está no Orçamento serve exclusivamente para pagar as despesas correntes, à exceção das obras do QREN, que é a única coisa que se constata neste e nos últimos dois Orçamentos.

Mas mais elucidativo da forma como esta Câmara quer comunicar as suas Grandes Opções do Plano, é a intervenção inicial do Senhor Vereador e do Senhor Presidente da

Câmara, que se resumiu exclusivamente, não se dirigiu a esta Assembleia ou à totalidade desta Assembleia, muito menos se dirigiu aos cidadãos, mas dirigiu-se à bancada do PSD e à bancada do CDS. E à bancada do CDS com a atitude que vão ter a seguir, que é mais uma vez o seguidismo normal de votar a favor do Plano e Orçamento.

E portanto, aquilo que estamos a falar é de uma intervenção exclusivamente de proteção legal daquilo que pode vir a acontecer — porque de facto o passado recente não augura nada de bom para quem votou a favor dos últimos Orçamentos. Muito obrigado.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[044](#)

“Eu quero fazer uma pergunta ao Deputado que me antecedeu. Dando de barato a expressão do seguidismo, ele deve estar habituado a ponderar as palavras no seu Partido, mas nesta Assembleia deveria ponderar outro tipo de intervenção — que eu acho que todos nós merecemos.

Portanto eu não sou seguidista e penso que aqui ninguém se sente seguidista. Somos membros duma maioria que apoia o executivo camarário e qual é o problema disso Senhor Deputado? Não é isso que eu lhe quero perguntar. O Senhor sabe isso muito bem, só que acertou mal na mouche. O que eu lhe gostaria de confrontar era com a sua intervenção. É que a sua intervenção de facto é de uma grande incoerência. Porque o Senhor Deputado fala que não há ligação às pessoas, só há betão, só há betão, só há betão! Para além do betão que vai ser construído e muito bem, as estradas são absolutamente necessárias no nosso concelho e nomeadamente a requalificação da estrada N231 e a Avenida das Agradas que é uma via estruturante em Aveiro, para além do betão que vai ser construído, das pontes que o Senhor falou, eu pergunto-lhe se a construção de Escolas, se a construção de Centros de Saúde (três) se o projeto RAMPA que é da maior importância para facilitar a vida dos cidadãos deficientes, na sua ótica é só betão ou é beneficiar e melhorar largamente a vida dos cidadãos de Aveiro, nomeadamente aqueles que mais precisam, os estudantes, os utentes do serviço de saúde e as pessoas que têm deficiências físicas, que não lhes permitem chegar nos centros da cidade e nos centros das freguesias. É que não é só o projeto rampa, não é só aqui, é nos centros das freguesias, chega a todo o lado. Isto para mim é da maior importância.

E eu gostaria que me dissesse, se isso é apenas betão, Senhor Deputado? Ou se a clubite já chegou a esse ponto e de já não se conseguir ver para além da floresta.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[045](#)

“Senhor Deputado Olinto Ravara, diria para iniciar que, nós devemos também ser coerentes e, portanto, se a palavra seguidismo o ofendeu digamos que fazer assim um gesto e dizer clubite, se calhar... Mas lá está, dizemos umas coisas e portanto é, olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço.

Diria sobre aquilo que disse e comentar se me quisesse escutar que eu disse inicialmente que este Orçamento é um Orçamento de prioridades. E no Orçamento há betão, betão, betão. Não me ouviu dizer que dentro de dez opções que são necessárias, há algumas que não estas que estão aqui, até porque elas são muito óbvias e já vêm de há anos.

O que nós estamos a falar, e algumas coisas já vêm de há anos, o que eu disse é que para além disto não existe nada. E a vida da comunidade não é feita só de obra, é feita de muitas outras coisas e eu dei muitos exemplos. E as muitas coisas são aquelas que são opacas ou não existem neste Orçamento. E portanto a crítica percebe-se. Aliás, os últimos seis anos de governação desta Câmara permite perceber claramente que esta cidade deixou de existir. Muito obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra (/PPD/PSD)⁰⁴⁶

Vogal Paulo de Jesus (PS)⁰⁴⁷

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁴⁸

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁴⁹

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰⁵⁰

“Srs. Deputados. Tentando esclarecer algumas das questões levantadas. Muitas foram partilhas de opiniões e, portanto, eu tentarei ser sucinto naquilo que puder.

Em relação aquilo que foi transmitido pelo Deputado Salavessa, de facto, se nós extrapolarmos a redução que aconteceu durante estes últimos quatro anos há uma redução daquilo que é inscrito em Orçamento de oitenta milhões de euros, sendo que a sua grande maioria se deve à redução de compromissos da Câmara, e todos se recordam que a ordem dos compromissos que existiam no Município, e está nos relatórios de auditoria, eram superiores a quarenta milhões de euros, que ainda existem agora compromissos em valor excessivo, reconheço isso, mas eram superiores a quarenta milhões de euros, mas também existe uma redução substancial da dívida. E isso é mais que evidente. Em relação ao orçamento que nós propúnhamos se fossemos nós a executar, este orçamento andaria à volta dos sessenta e cinco milhões de euros. Se fossemos retirar tudo aquilo que são dívidas e compromissos, isto para ser objetivo em relação às questões que colocou.

Quanto ao Bloco de Esquerda, gostaria de transmitir o seguinte. Eu vou responder às perguntas mas espero que não seja como nas reuniões anteriores em que voltam a perguntar sempre as mesmas coisas, apesar de eu ter respondido exatamente àquilo que foi solicitado. Pedia, pelo menos, que analisassem aquilo que eu digo, pensarem com calma, se calhar para a próxima reunião ainda podem falar sobre o mesmo assunto. Quanto ao corte de subsídio, concordar ou não concordar, a Câmara de Aveiro optou por um caminho diferente, como deve ter notado quando se deparou com a dívida municipal, que não envolveu a questão de aumentos de impostos, nem recorrer a este tipo de medidas. Estamos a falar de realidades diferentes. O país não é o Município de Aveiro. O país tem, neste momento, uma dívida pública de cem por cento do PIB retirando as empresas públicas, portanto, estamos a falar de níveis altíssimos, o que significa que sempre que recorre ao mercado tem de pagar mais juros. Ora, ao ter que pagar mais juros esse dinheiro não vai para outro lado, nomeadamente para as questões sociais, a prestação de apoios sociais, o subsídio de desemprego, apoio aos desempregados e às famílias mais carenciadas. Portanto, são constrangimentos de que quem exerce o lugar, e de quem exerce a governação do país, tem e que nós não temos. Concordar ou não concordar... nós seguimos um processo diferente, acreditando que seja a solução mais rápida e eficaz para combater a curto prazo.

Em relação ao Orçamento Participativo, as rubricas relativas ao Orçamento Participativo, em termos de despesa, estão nas despesas de funcionamento do Gabinete de Apoio ao Executivo.

Em relação à EMA, as empresas municipais, ou não, não se extinguem por uma deliberação de uma assembleia. A deliberação da assembleia é condição para se poder iniciar o processo de extinção. Agora, como é óbvio, tem credores, tem ativos, e, portanto, o processo demora. Estes duzentos quarenta mil euros que estão, em termos de transferências, servirão para o funcionamento regular e para ir pagando algumas dívidas que a empresa tem e que é esse o nosso objetivo, quando a transferências for para a Câmara ter o menor número de dívidas possível.

Em termos de educação, já que falou nesse processo e uma vez que estamos a falar de orçamento, contempla para a área da educação aumentos de valores ao nível da ação social escolar e da gestão do parque educativo. Isto é, par além da obra, para além do

betão existe um aumento dos valores, nomeadamente, em termos de refeições, em termos de subsídio para a aquisição de livros e em termos de gestão do parque escolar através de protocolos com os agrupamentos de escolas. Portanto, julgo que está respondida a questão sobre a educação.

Quanto aos cortes por causa das crises económicas. Nós temos vivido nesta condição financeira da Câmara Municipal desde que nos encontramos aqui, não é, portanto, por mais este ano. Eu irei falar mais à frente por ter sido colocada uma questão em concreto sobre os cortes da Administração Central, mas não é por aí que nós fazemos a nossa gestão diária.

Se calhar apareceu-lhe e com razão que eu estou triste por algumas pessoas não comprarem casas. Eu podia dizer que não. É um processo relativo ao Plano de Saneamento Financeiro e não podemos cumprir aquela medida na exata medida que tínhamos determinado. Mas a verdade é que eu prefira que as pessoas tivessem a capacidade para comprarem a sua própria habitação. Julgo que aqui todos nós temos essa prerrogativa e esse desejo que as pessoas tenham capacidade para comprar a sua própria habitação. Se calhar tem uma ideia diferente. Mas ter a possibilidade. Se não quiserem é outra questão, mas terem a possibilidade. Mas há uma outra situação que o Sr. Deputado, se calhar, não está a ver bem. Nós temos um número limitado de habitações em Aveiro. Se calhar esse dinheiro da venda nós poderíamos usá-lo para reabilitar outras habitações e podermos, como muito bem defendem, ter casas para outras pessoas que precisem.

Deixo-lhe estes pensamentos para poder analisar.

Sra. Presidente da Junta de Esgueira, disse e muito bem que existem manutenção ou aumento de competências. O aumento seria a gestão do pessoal não docente nas escolas que algumas juntas aceitaram. Como no caso de Esgueira não aceitou, as delegações serão exatamente iguais às do ano de dois mil e onze.

Em relação ao Partido Socialista e em relação ao Planeamento Financeiro, antes de entrar na questão do relatório, dar uma nota que eu denotei das intervenções de toda a vossa bancada.

Na minha perspectiva, não se pode estar a dizer que não se investe aqui, acolá ou aqueloutro, e cumpre-se o Plano ao mesmo tempo. Os recursos são, de facto, limitados como disse e bem. E, portanto, nós temos que tomar opções políticas e as opções dependem, como é óbvio, do recurso. E o recurso é o recurso financeiro de poder ou não fazer obra. Quando dizem que só optamos por aquilo que tem QREN há um primeiro pressuposto que é o cumprimento do programa eleitoral. E o nosso programa eleitoral tinha, claramente, duas opções: execução do Parque da Sustentabilidade, reabilitação urbana, e execução da Carta Educativa. São duas prioridades e que ainda bem que batem certo com aquilo que são as prioridades dos novos gestores do QREN. E já iremos falar sobre essa questão. E, portanto, há aqui, primeiro, o programa eleitoral e, depois, o seu cumprimento obtendo recursos para isso.

Quanto aos cortes que falou também há uma questão dos subsídios. O corte dos subsídios representará para a Câmara uma poupança de cerca de trezentos e cinquenta mil euros, grosso modo. Os cortes, neste momento, em acumulado anual já representam um milhão e meio. Não é comparável. Claro que quando os trezentos e cinquenta mil ajudarão, independentemente de nós os queremos ou não fazer, mas um milhão e meio a menos é muita coisa, como compreende. Até quando há reduções de taxas de IMT e agora com o licenciamento zero e redução de taxas de publicidade.

Eu pedia-lhe para não comparar as despesas de dois mil e doze com a execução da receita de dois mil e onze, porque não se podem comparar as dotações. Quando nós estamos a prever dois mil e doze há muitos fatores que entram em conta. Eu posso-lhe dizer que só um processo representa mais de dez por cento do Orçamento. Um processo. Resolvendo um processo, resolvemos logo dez por cento do Orçamento. Se a esse processo juntarmos

o processo normal estamos a falar dos sessenta milhões. Portanto há aqui algumas realidades.

Quanto ao relatório, aquilo que está para discussão, e era isso que eu tentava transmitir, a Assembleia decidiu agendar para a sessão de dezembro, no ponto quatro, o quinto relatório. Quinto relatório que foi enviado da Câmara para aqui, julgo eu em setembro, ainda antes da última Assembleia, e foi aprovado na Câmara em agosto. Isto é uma nota só para esclarecer. Temos, neste momento, com o sexto relatório que está a ser concluído para levar à Câmara e enviar para o Sr. Ministro e para aqui. Neste momento, à data de hoje podemos considerar isso. Mas também vos queria dizer o seguinte. Não acho que seja por quinze dias que haja um atraso.

Mas vamos poder analisar as questões dos relatórios. Neste momento, que não foi em dois mil e sete quando saiu esta lei em que só tínhamos que fazer Plano e Orçamento, Prestações de Contas, Relatórios Anuais para a DGAL em relação a limites de endividamento, estes eram os cumprimentos que tinham que fazer parte da área financeira do Município. Neste momento nós temos que fazer relatórios trimestrais para a Troika, relatórios trimestrais para a DGAL, relatórios semestrais para o Tribunal de Contas, relatórios semestrais para a IGEF, relatórios trimestrais para o Ministro-adjunto, e esses relatórios se não forem enviados trimestralmente representam, automaticamente, cortes de dez por cento nas transferências do Estado. Para além disso, no último ano nós recuperámos um ano de atraso em relação aos relatórios de Saneamento Financeiro. Julgo que se este se atrasar quinze dias, nós num ano recuperámos quatro relatórios. E fico satisfeito e tenho de dar os parabéns a quem conseguiu fazer isso porque, como é óbvio, envolve toda a estrutura da Câmara a informar e uma equipa a preparar o relatório final. Portanto, só para ficarmos esclarecidos, estou satisfeito em relação a isso.

Em relação a fazer uma comparação com os privados, se fossemos privados, etc.

Os privados não têm uma coisa que aqui inquina isto tudo, entre aspas, mas é perceptível porque estamos a falar do Estado e estamos a falar da Administração Local e estamos a falar de coisas públicas, que é a contabilidade orçamental que existe para uma coisa que é a autorização de despesa. Autorização de despesa e não só. Autorização de pagamento.

Imaginem que nós éramos maluquinhos e, de facto, não púnhamos aqui. Não púnhamos. Por acaso poderíamos pagar a alguém... mas não podemos porque não estava no Orçamento. Nem sequer podíamos pagar uma dívida legítima. Não podíamos pagar.

Em relação à Carta Educativa, desculpem se me estou a alongar mas pretendo esclarecer a questão que me foi colocada. Há quatro anos foi começado a executar o QREN, em dois mil e sete. A Carta Educativa tinha referências para montantes a atribuir o que significou, na maioria dos Municípios, taxas de financiamento inferiores a quarenta por cento. Aqui à volta houve um Município que teve um grau de execução elevado que foi Oliveira do Bairro. Nenhum dos outros teve um grau de execução que pretendia. Em Aveiro, com essa taxa de financiamento garanto que nós não conseguiríamos completar a Carta Educativa. Com as dificuldades financeiras do Município, com essa taxa de financiamento, não conseguiríamos. Portanto, a opção recai sobre a parceria público-privada que, na altura, parecia-nos uma solução correta. Neste momento, com taxas de financiamento de noventa e cinco por cento, as coisas variam. E estamos perceptíveis de que agora, e essa taxa não é para o passado, é a partir de agora, nós poderemos, de facto, executar a carta educativa. Nós não podemos achar que as variáveis não mudam. Se as variáveis mudam a decisão tem de mudar. Acho que isso é lógico para quem decide.

Há outra coisa que aqui foi dito e que é «na escolha das prioridades não existe ligação às pessoas». Eu julgo que estar a dizer isso a nós...se há pessoa que prioriza a questão das pessoas e a parte humana é o Sr. Presidente da Câmara. Portanto, estar a dizer isso é um contrassenso. Percebo que seja a opinião política.

Quanto à diminuição substancial dos contratos-programa, quando eu disse aquilo estávamos a falar de uma aproximação e de um valor, de facto, inferior àquilo que tínhamos no Plano de Saneamento Financeiro. Estamos a cumprir a medida.

Mas para além disso há uma realidade. Muitos dos contratos-programa que nós tínhamos, nomeadamente financiamentos elevado, programa PARES, estão a ser concluídos. Portanto, não podíamos manter o nível do passado. Acho que no passado estávamos com um nível elevadíssimo, e ainda bem, estamos agora a acabar de concretizar as obra, e, portanto, os contratos-programa na área social estão a diminuir. É óbvio.

A obra de betão é precisa para dar apoio social às pessoas, e isso é importante fazê-lo.

Quanto ao facto de não existirem pessoas para visitar Aveiro. O Sr. Deputado, de facto, tem que ir ver os números. Nós atingimos, o ano passado, o maior número de dormidas em Aveiro.

Quanto ao só fazermos obras que estão no QREN é o que está no Plano de Saneamento financeiro. Tem lá um quadrozinho de investimento e diz onde é que se vai buscar o dinheiro. E a prioridade são as obras que estão no QREN.

PSD. Agradecer as palavras que foram ditas. De facto, em relação ao trabalho que foi feito relacionado com a demonstração das medidas que estão plasmadas no Orçamento, é um trabalho que dá trabalho e que agora justificar porque é que não se tem incluído aquilo nos relatórios.

Os relatórios têm uma coisa interessantíssima. Porque se fossemos ao mês não estamos em atraso, mas como é ao dia podemos estar em atraso em relação aos relatórios.

Os relatórios não coincidem com o semestre. Se coincidissem com o semestre tentávamos fazer umas extrapolações. Coincidem com cinco meses e onze meses de um Orçamento.

E, portanto, estar a fazer essas extrapolações em medidas à classificação económica é complicado. Não é difícil, nós vamos tentar apresentar isso nos próximos mapas, e é por causa disso que ainda não está aqui, mas é só para compreenderem que, no meio de tanto relatório que se tem que fazer, e não havendo modelo, porque era sempre bom que alguém nos dissesse «o que nós queremos que nos apresentem é isto». E ao fim de cinco relatórios o Tribunal de Contas, o Ministro da Administração Interna, a DGAL e a IGEF, nunca nos disseram que o relatório estava mal. Nenhum dos relatórios que foi enviado nos foi dito que estavam mal. Portanto, é interessante...

E em termos de requalificação urbana, de facto, Manuel Prior, foi onde nós investimos e é o que está no nosso programa eleitoral. Muito obrigado.”

Presidente da Câmara:[051](#)

“Quanto aos “critérios políticos são curtos”. Nós não temos como sabem suporte financeiro. Temos que criar e aproveitar todas as oportunidades. Esta é claramente, esta foi uma forma, como aqui já foi referido pelo Dr. Pedro Ferreira, que nós encontramos de procurar emendar isso que nós tínhamos, com outras ajudas que pudessem vir do exterior de forma a que também como foi referido na intervenção inicial, pudéssemos realizar alguns dos desejos dos sonhos e dos compromissos que temos com as pessoas, criando o menor encargo possível para o município e para os aveirenses.

O que é curto não é o critério! Naturalmente o que é curto é o dinheiro. Quanto ao atual modelo autárquico ele está claramente, como aqui referido já, está ultrapassado, está anquilosado, retrógrado.

Como sabem o atual modelo como aqui foi referido, funcionaliza os eleitos. Penso que quase todos nós nestas funções sentimo-nos como funcionários e não como eleitos e como políticos que devíamos ser. E curiosamente acaba por desresponsabilizar a própria estrutura técnica.

Como sabem neste momento qualquer aprovação que haja dum documento no órgão executivo, mesmo que suportado num parecer técnico inquestionável, se vier a suscitar

alguma dúvida nalguma instância, o culpado ou os culpados não é quem tecnicamente suporta essa informação, não é quem com conhecimentos técnicos diz que está bem, que podem fazer, que tem alguma consequência. Quem tem sempre a consequência é aquele que decide. O que não parece justo naturalmente, não nos parece correto. Porque desta forma os futuros autarcas e porventura até os futuros membros das assembleias municipais, vão ter que ser doutorados em finanças, em gestão, em arquitetura, em engenharia, em ambiente, agricultura, na proteção civil, os assuntos do mar também, porque temos o mar ali assim, na ação social, em sociologia. Em simultâneo, temos que ter estas licenciaturas todos, para podermos desempenhar aqui estas funções.

Ou se muda como aqui foi referido rapidamente este modelo ou corremos o risco de qualquer dia termos cidadãos disponíveis para desempenhar estas funções, que são funções de serviço público.

Naturalmente que nós estaremos disponíveis para andar quase diariamente a ser crucificados na praça pública, com situações que não têm nexos nenhuns.

Quanto à garantia de que os recursos vão ser utilizados com parcimónia. Vamos fazer tudo naturalmente como é nosso dever para continuar a prosseguir esse caminho conforme os números o demonstram.

Quanto aos custos do Plano de Saneamento Financeiro. É uma temática já aqui abordada sistematicamente, são os custos que a operação tem e sistematicamente tem sido dito o seguinte: quando avaliarmos os custos que tem este Plano de Saneamento Financeiro para o município, deveremos também numa questão de equidade e de justiça, fazer introduzir nessa análise os custos que teria o município se não tivesse acontecido este Plano de Saneamento Financeiro.

Quero aqui lembrar, basta um exemplo, de uma dívida a uma empresa na altura que era já de oito milhões de euros, que vinha acumular com juros de 11%, ao final do ano, se não fosse paga essa dívida significava que sem ter feito rigorosamente nada o município a essa entidade, a essa empresa, no final do ano estava a dever quase mais um milhão. E isto ia crescendo.

Portanto em qualquer análise que seja feita desses custos, temos que pôr no prato da balança do outro lado esses custos que teríamos, e que deixámos de ter, que esta operação nos permitia que deixássemos de ter.

Na altura foram aqui referidos números, apontados números, como estimativa em relação a isto, porque não podem ser mais do que estimativa, e apontava-se que poderia haver um custo de cerca de vinte milhões, que a operação podia ter para o município. Mas que isso representava de forma segura uma poupança que se aproximava dos 40 milhões.

Portanto há claramente aqui um número positivo que não podemos deixar de relevar sempre que se fala neste processo do Plano de Saneamento Financeiro.

Quanto à humildade democrática que nós não temos tido aqui de ouvir o PS, é só lembrar que nós chegámos a esta situação que estamos a viver agora exatamente porque o PS é que não teve a humildade democrática durante muitos anos de ouvir esta Assembleia — e fez-nos chegar hoje a esta situação que o município está a viver.

Quanto às obras de betão. Teria sido excelente ouvi-lo há dez, quinze anos! Tinha sido tão bom e não estaríamos aqui hoje com este tipo de argumentação, nem a produzir, nem a escorrer sobre estas temáticas que no fundo têm algo de irónico como aqui foi dito este tipo de afirmação.

Quanto aos não exemplos da criação de emprego que tinha acontecido no município de Aveiro, foi pena não ter estado na última Assembleia. Porque além desses dois casos que aqui referiu como não se vindo a concretizar, que eu penso exatamente o contrário daquilo que pensa em relação a estes dois casos que aqui referiu. Houve muitos mais casos que aqui foram citados, exemplos concretos de investimentos que, nos últimos tempos, surgiram aqui em Aveiro e que criaram muitos postos de trabalho.

Quanto à não ligação às pessoas da nossa parte. Deixe só dizer-lhe uma coisa: a maior ligação que nós temos às pessoas é traduzida neste simples facto que vale milhares de obras — é que não estamos a fazer repercutir sobre as pessoas, não estamos a mandar para cima das pessoas, que sejam elas a pagar as dívidas que nós temos e a má gestão que nós temos tido no município. Este é o maior respeito que nós temos pelas pessoas.

Quando aqui, num outro tipo de gestão, estavam as taxas no máximo, estava o IMI no máximo, e estávamos em tempos de vacas gordas, neste momento de crise e de dificuldades, e é um esforço imenso da nossa parte, resistir a essa tentação, fazemo-lo por essa ligação que nós temos às pessoas, de fazer imputar às pessoas o pagamento de uma situação que não foi criada pelas pessoas.

Podia dar muitos mais exemplos nesta área, mas penso que não vale a pena, porque eu acho que esta questão social tem que ter sempre o recato que as pessoas envolvidas merecem.

E acho que aquilo que foi feito pelo município, mas fundamentalmente aquilo que foi feito pelo movimento associativo que nós temos aqui no nosso concelho, que tem um trabalho notabilíssimo nesta área, que se preocupa, que vive, que sofre e que luta e que há exemplos aí maravilhosos de pessoas que dedicam a sua vida em prol dos outros. Aqui o município tem tido o dever e deve ter o dever e a preocupação, de potenciar, de ajudar, e de otimizar, e de pôr a comunidade a trabalhar nessa área.

Por último uma breve referência à questão da PPP e voltar aqui a esclarecer isto.

A Câmara como aqui foi dito e muito bem, equacionou a possibilidade de uma PPP. Antes (e vamos situar isto no tempo) de existir qualquer programa, antes de existir qualquer regulamento, para qualquer candidatura para edifícios escolares — isto acontece antes.

E a ideia do avançar com essa parceria pública ou privada nesta área naquela altura, numa altura de investimento, procurou o seguinte: procurou criar condições objetivas para que quando surgisse e fosse publicado o regulamento que daria apoio à construção dos equipamentos, pudéssemos ter o processo todo preparado para que uma parte desse investimento colossal que era necessário fazer, penso que na altura seria de vinte cinco milhões de euros, uma parte viesse a ser suportada diretamente pelos fundos europeus e a outra parte por o privado.

Isto dava a garantia, criava condições, porque o município não as tinha, para que o projeto se pudesse concretizar.

E mesmo nessa parte do privado, para que o futuro não ficasse hipotecado, fizemos imputar nesse processo a situação dos parques de estacionamento, fazendo conexão/ligação de que essas receitas seriam para o privado de forma a que o privado pudesse avançar com o seu dinheiro, tendo a garantia, sem que o município fosse obrigado a despende dinheiro da tesouraria para pagar isso.

E foi com esta condição que o processo avançou. E quando saiu o regulamento que permite o apoio às escolas, ele sai ambíguo em relação à questão se uma parceria pública ou privada poderia não ter participação. Fala na altura, diz assim: nas parcerias público/privadas, em que o município tem uma posição penso que dominante, pode essa parceria ter participação para as obras.

Até hoje e imaginam os contactos que tivemos quer pessoais, quer por escrito, para nos esclarecerem o que era a posição dominante. Se dominante é ter mais dinheiro no âmbito da parceria, se dominante é ter mais poder de decisão nessa parceria, até hoje não sabemos o que é a posição dominante.

São daquelas leis brilhantes, brilhantíssimas, que são publicadas, mas que depois na prática quando nós questionamos, fazemos uma pergunta simples — o que é isto de dominante? Nós temos 49% mas a emissão dos órgãos é feita por nós, temos poder de veto, isso é dominante ou não? Ainda estamos à espera da resposta.

E naturalmente, na dúvida, porque estamos a falar de muito dinheiro, estamos aqui a falar de muito dinheiro, na dúvida, cautelarmente aguardámos durante algum tempo. Não se esclareceu, seguimos e estamos a seguir o nosso percurso e o nosso caminho. Sempre com esta certeza de que procuramos e tudo fizemos para concretizar a Carta Educativa sem meios. Este era um caminho a fazer, era o caminho que nos parecia mais sólido, mais seguro, mais consistente. Não resultou por essa ambiguidade legislativa que não nos dava garantias absolutas de que poderíamos avançar e de que as obras eram participadas. E nesse sentido fizemos aquilo que foi considerado por nós mais prudente. Foi não havendo essa certeza, vamos nós próprios desenvolver os projetos, apresentar as candidaturas, procurar buscar o dinheiro, para concretizar essas obras. Obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) [052](#)

Presidente da Mesa [053](#)

Vogal Nelson Peralta (BE) [054](#)

(saíram da sala os vogais João Alberto Simões Babosa, Manuel Vieira dos Santos e Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha)

Presidente da Mesa [056](#)

Vogal Ivar Corceiro (BE) [057](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [058](#)

Vogal Paulo de Jesus (PS) [059](#)

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [060](#)

“Muito telegraficamente para dizer o seguinte e para me reportar aqui a uma pequena questão que foi esquecida por alguém da bancada do PSD, em face ao silêncio hoje do CDS, portanto não há que errar. E alguém aqui das bancadas de esquerda já foi referindo — a reestruturação da Câmara e reformulação da Câmara?

Eu, essa parte até pasmo! Porque nós aprovámos essa coisa do novo Organograma no início do ano e a Câmara ainda não se atreveu a implementar essa estruturação do município — que enfim, era um imperativo legal.

E diria mais, uma própria necessidade de dar uma nova dinâmica aos serviços até em face de alguma flexibilidade que a Lei, enfim, já impõe e bem (com algumas críticas é certo) às organizações municipais.

Eu diria desta forma. Eu sou a favor da reestruturação e da implementação do organograma da Câmara, se não daquele que foi aprovado, outro. Mas sou a favor que façam, mas que façam! Mas que façam o que aprovaram aqui, que o façam. Já lá vai um ano e os Senhores nada fizeram!? E disso, eu acho que era matéria de reflexão desta câmara e desta Assembleia.

Aliás, até em face da aprovação deste Orçamento porque os desafios são muitos, as queixas do Senhor Presidente de Câmara, enfim, porque é uma organização pesada, há que agilizar, enfim, vai-se dizendo isso. Mas o que é facto é que diz-se muito mas fica tudo na mesma. As ferramentas existem e a deliberação está tomada. Façam! Façam!”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [061](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Serei sintético para fazer uma nota e duas questões que há pouco coloquei, que não me foram respondidas.

Nota um tem a ver com aquilo que o meu camarada Nuno Marques Pereira acabou de dizer, tem a ver com recursos, Recursos Humanos, necessidades. Pelos vistos há escassez de disponibilidade e tempo para cumprir as obrigações. Imagine-se lá pensar em estratégia para o município, mas pelo menos para cumprir as obrigações. E portanto eu perguntava: como é que paginaram a tal urgência do concurso de 32 lugares, que já aqui falámos e que serviu para aquilo que todos sabemos que serviu, nomeadamente para poderem encaixar uma série de pessoas da vossa confiança política na Câmara?

E o que é feito dessas pessoas, se não podem dar uma ajudinha relativamente a estas matérias, pelo menos a fazer cumprir a Lei? E ia perguntar aquilo que o meu camarada já perguntou que é para quando coloca o Organigrama a funcionar?

E colocava-lhe duas perguntas muito concretas que há pouco coloquei e que não me foram respondidas. Eu sei que é desconfortável mas pronto.

Duas perguntas que já as fiz e vou voltar a fazer. Uma tem a ver com o critério de repercussão da crise financeira, das dívidas nas pessoas. E eu perguntava-lhe Senhor Presidente se não acha que a situação da privatização das águas como ela aconteceu e as consequências que têm neste momento, que é de um aumento considerável da fatura média dos consumidores, se isso não é declaradamente agravar as condições e a conta de cada um dos aveirenses e para que é que serviu este ‘negócio’?

A segunda questão tem a ver com a taxa de execução que também perguntei há bocado ou afirmei e gostava que de alguma forma me corrigissem e aceitarei se de facto assim o argumentarem ou se confirmam que a diminuição do valor do Orçamento nos últimos anos é acompanhado por uma diminuição ainda maior da taxa de execução?

Portanto gostava que me dissessem se nos últimos dois anos e portanto vamos a caminho do terceiro e em abril vamos falar outra vez, e portanto todos os indicadores apontam para um terceiro ano em que a taxa de execução vai ficar abaixo dos 34% do ano passado. E há dois anos foi 42%, penso que foi esta a décalage e portanto aquilo que está a acontecer é que diminuiu o Orçamento e diminuiu muito mais a taxa de execução.

Gostava que o Senhor Presidente ou o Senhor Vereador do Pelouro confirmassem à Assembleia estes dados. Muito obrigado.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [062](#)

“Eu ouvi muito atentamente as explicações dadas pelo executivo, no entanto eu tenho uma dúvida e eu gostaria que a abordassem agora se fosse possível.

Era, o que é que o executivo está a pensar fazer, tendo em vista o reforço do controlo de execução do Plano de Saneamento Financeiro, sendo um instrumento fundamental com um impacto importantíssimo na vida do nosso Orçamento?

Portanto se está a prever instituir algum mecanismo de controlo que nos possa em conjugação até com eventuais outros serviços da auditoria interna, que possam contribuir para uma melhoria da informação e mais atempada, prestada a esta Assembleia. Obrigado.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)[063](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [064](#)

“Muito rapidamente só para me referir a alguns aspetos que considero importantes e que não foram explorados se calhar na minha outra intervenção.

A primeira diz respeito, porque aqui no debate foi referido várias vezes e foi feita a pergunta e se calhar não houve resposta, quanto à redução dos 80 milhões no Orçamento nos últimos seis anos!

Por isso nós passámos de um Orçamento de 121 milhões de euros para agora um Orçamento para 2012 de 112 milhões de euros. Esta redução de oitenta milhões no Orçamento correspondem àquilo que o Senhor Presidente da Câmara se tem referido sempre de que nós todos os meses (já falou isso) um milhão de euros por mês (ouvem-se vozes).

Não, mas parece que o Dr. Salavessa voltou a referir-se outra vez a essa questão e também se referiu outra vez às comparações que foram feitas em relação àquilo que o Vereador fez no início da sua apresentação no que diz respeito às comparações entre aquilo que está Orçamentado e àquilo que estaria previsto no Plano de Saneamento Financeiro.

Foram comparações feitas entre o Plano de Saneamento Financeiro e o Orçamento. E por isso não entre o Orçamento de um ano e Orçamento de outro ano. E por isso estas comparações que foram feitas confortam-nos quanto àquilo que está a ser a implementação do Plano de Saneamento Financeiro para o ano de 2012.

Também foi aqui recorrente questionar sobre os 27 milhões de rendas. Também esse assunto foi esclarecido pelo Senhor Vereador. Foi, foi esclarecido pelo Senhor Vereador de que essas rendas dizem respeito, aliás quando mostrou aquele mapa, porque se referia ao protocolo da REFER, porque incluía um conjunto de terrenos no valor de 8 milhões de euros — e também incluía os compromissos em terrenos para com pavimentações e que aquilo que a Câmara iria pagar seria pago em géneros. E por isso seriam os tais terrenos que fariam parte dessas rendas.

Retive essas duas rubricas, mas com certeza que há outras deste género em que a cabimentação orçamental aparece aqui nesta classificação de rendas.

Quanto à revisão do Plano. Já várias vezes se falou aqui que é necessário rever o Plano. A própria Câmara já se referiu que é necessário rever o Plano.

Agora a questão que eu coloco é: numa altura de incertezas quanto à qual vai ser o financiamento das autarquias nos próximos tempos, até que ponto é que não deveremos esperar por uma definição, pelo menos no que diz respeito àquilo que está em discussão neste momento, que é o Documento Verde sobre as autarquias, para que possa haver realmente um Plano mais sustentado nalgumas realidades que venha a ser as leis que entretanto vão ser aprovadas pelo nosso Parlamento Nacional. E por isso, penso que este Parlamento municipal e a Câmara Municipal terão que aguardar mais alguns meses para que esta definição possa ser feita para que realmente a revisão do Plano de Saneamento Financeiro possa ser feito. Porque aquilo que nós estamos a ver é que já há um certo desenquadramento daquilo que pelo menos nalgumas rubricas que seriam expectativas de receita e que eventualmente poderão não o ser.

Eram estas as reflexões que gostaria de fazer nesta fase. Muito obrigado.”

Vogal Nelson Peralta (BE) [065](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [066](#)

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira: [067](#)

“Senhores deputados, ao fim de quase quatro horas que começamos este ponto, agradecer de facto as vossas intervenções e fazer só dois apontamentos. Agradecer a preocupação genuína do Senhor deputado Pires da Rosa pela minha disponibilidade para fazer a operação de controlo da operação de saneamento financeiro. Apesar de ele não me estar a ouvir eu quero dizer-lhe que, uma coisa é fazer relatórios outra é acompanhar o procedimento — e isso nós acompanhamos com muita atenção.

Só uma nota também em relação àquilo que disse o deputado Olinto que é a questão do controle.

Nós no âmbito da operação da revisão de saneamento financeiro, uma das medidas incorporadas é de facto definir um gestor por medida, específico, e que não está agora definido. Pensamos que mais do que criar uma equipa, que está criada, é responsabilizar individualmente em relação a cada medida. Isso com certeza irá trazer mais resultados e provavelmente relatórios mais rápidos. Obrigado.”

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 3. – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2012 da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Aveiro,⁰⁶⁸ no referente à Câmara Municipal, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte dois votos a favor (PSD18+CDS3+IND1), uma abstenção (CDS1) e dez votos contra (PS7+BE2+PCP1).

Continuando, colocou à votação o Ponto 3. – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2012 da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Aveiro, ⁰⁶⁹no referente aos Serviços Municipalizados, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte três votos a favor (PSD18+CDS4+IND1), uma abstenção (PCP1) e nove votos contra (PS7+BE2).

Seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal António Salavessa (PCP):⁰⁷⁰

“A declaração de voto tem apenas a ver com a primeira votação. votámos contra a Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012, pelos motivos apresentados na nossa intervenção, entre as quais se destaca a falta de verdade e de rigor — critérios que devem presidir à elaboração destes documentos. Falta de rigor e de verdade a que se juntam as dúvidas relativamente ao cumprimento das exigências do Plano de Saneamento Financeiro. votámos contra também, porque apesar das Gop's e do Orçamento serem isentos de verdade e de rigor eles não são contudo documentos inócuos. A sobre orçamentação que eles refletem e que tem sido seguida ao longo dos últimos anos tem consequências gravosas para o município, sendo uma das causas do seu endividamento progressivo e das dificuldades financeiras que atualmente atravessa.”

Vogal Nelson Peralta (BE): ⁰⁷¹

“Em nome da bancada, quero dizer que votámos contra este Orçamento porque é um Orçamento pouco claro e pouco transparente. Primeiro porque é irreal, como o próprio Presidente da Câmara o disse, e em segundo porque não foi esclarecido se haverão privatizações ou concessões em 2012 dos 27 milhões de euros que estão patentes na rubrica “Outros” nas Receitas. votamos ainda contra porque discordamos do modelo de assistencialismo que é aplicado na Ação Social, e ainda porque neste mesmo modelo haverá um corte de 138 mil euros na Ação Social para 2012, quando a Ação Social é ainda mais necessária. votamos contra, porque este Orçamento que nos é apresentado, apresenta como dois únicos exemplos de criação de emprego projetos que estão mortos e acreditamos que não há nenhuma declaração de fracasso maior do que esta.

Em suma, votamos contra porque este Orçamento falha na resposta à crise, falha para com os funcionários da Câmara Municipal, falha na criação de emprego e falha na criação de uma rede de assistência social. Portanto, agrava a crise e as condições de vida em Aveiro. Por este motivo o Bloco de Esquerda votou contra e voto de vencido no presente Orçamento, nos termos do art. 93.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/02 de 11 de janeiro.”

Vogal Carlos Anileiro (CDS-PP):⁰⁷²

“Os membros presentes do CDS-PP que votaram a favor das GOP’s e Orçamentos para 2012, tiveram a capacidade de distinguir a justiça da política — e é desta que tratamos. Tendo analisado a documentação que temos presente e que presumimos formal e materialmente correta, é o juízo global que sobre estes documentos fizemos, e é positivo — sem embargo de tantas medidas previstas algumas possam merecer a nossa reserva ou ainda até pontual discordância.

Tudo pesado, a nossa votação teve em conta o princípio da subsidiariedade institucional e política em sede da coligação que subscrevemos e honramos. Obrigado.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS): [073](#)

“Esta declaração de voto do Partido Socialista é feita nos termos do art. 93.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/02 de 11 de janeiro, como voto de vencido. O Partido Socialista votou convictamente contra a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012. O Executivo municipal encara o Plano e Orçamento como um mero cumprimento legal, divergindo profundamente das necessidades que o Concelho tem. Não aponta caminhos, não coloca a Câmara como um instrumento facilitador e mobilizador do aumento da qualidade de vida das pessoas. Este caminho leva-nos a asfixia dos agentes da comunidade, retira ânimo e convicção para empreender, compromete a dinâmica do município e adia o crescimento global da nossa sociedade. Este documento contradiz a mais do que escassa execução das medidas do Plano de Saneamento Financeiro, suscitando-nos todas as dúvidas formais.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD): [074](#)

“Dentro dos condicionalismos legais a que a Câmara Municipal de Aveiro está obrigada de assunção da dívida, assim como dos compromissos decorrentes da execução do Plano de Saneamento Financeiro, o Plano e Orçamento para 2012 tem a ousadia de propor a redução da despesa corrente e o investimento na regeneração urbana e parque escolar, proporcionado pela sucesso que teve na aprovação de participações comunitárias.

O ano de 2012 será um ano muito difícil em termos financeiros. No entanto, essa dificuldade não é imputada pela Câmara Municipal aos munícipes. Não vai haver, em 2012, no município de Aveiro, aumento de IMI nem de nenhuma taxa.

Este é, pois, com base na complexidade das leis que regem as autarquias, e às quais o Sr. Presidente da Câmara se referiu na apresentação deste ponto da ordem de trabalhos, o Orçamento possível e o mais adequado às reais expectativas de credibilidade e de desenvolvimento do Município de Aveiro. Este plano e orçamento cumpre e ultrapassa os compromissos assumidos pelo Plano de Saneamento Financeiro.

No ano de 2012, o valor previsional das despesas orçamentadas é inferior em 33% ao previsto no Plano de Saneamento Financeiro. Na maioria das medidas, a variação prevista de 2011 para 2012 é sempre mais favorável no Orçamento do que no Plano de Saneamento Financeiro.

Tal como nos anos anteriores, os dados fornecidos pela Câmara Municipal de Aveiro mostram que, também em 2012, os compromissos assumidos no Plano de Saneamento Financeiro irão ser cumpridos no estrito cumprimento da lei.

Estas são as razões que motivam e justificam o voto favorável da bancada do PSD da Assembleia Municipal de Aveiro às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012 da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Aveiro.”

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁷⁵, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Continuando, deu por encerrada a segunda reunião da Sessão Ordinária de dezembro, desejando a todos um Bom Ano para 2012, informando que a próxima reunião⁰⁷⁶ será no dia 4 de janeiro de 2012 (4.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 01:30 horas do dia 28 de dezembro de 2011.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(5:00)